

Política, religião e gênero nas Ilhas Maldivas: a construção de uma nação insular

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2019.165234>

Fabiano de Souza Contijo

🏠 Universidade Federal do Pará | Belém, PA, Brasil

✉ fgontijo2@hotmail.com

ORCID

[https://orcid.org/](https://orcid.org/0000-0003-4153-3914)

0000-0003-4153-3914

RESUMO

Nas Ilhas Maldivas, há um nítido contraste entre, por um lado, o turismo organizado geralmente por agências internacionais de viagem voltado para ilhas ocupadas por hotéis luxuosos ou resorts, até pouco tempo a única forma de turismo permitida no país, e por outro, o turismo independente, recentemente permitido para a visita de ilhas habitadas basicamente por pescadores. Uma legislação específica regulamenta as atividades nas ilhas-resorts, de cunho liberal, diferente daquela mais conservadora e baseada em preceitos islâmicos que regulamenta as relações sociais no restante do país. Essa dualidade – um país, duas legislações – pode ajudar a compreender a configuração histórica particular das relações de poder, assim como as interpretações das formas da experiência da religiosidade e as expressões de gênero, que estão na base da legitimação de ideologias conflituosas de elaboração da identidade nacional maldívica.

PALAVRAS-CHAVE

Política, nação, turismo, islamismo, gênero

Politics, Religion and Gender in the Maldives: Building an Island Nation

ABSTRACT

In the Maldives, there is a stark contrast between, on the one hand, tourism generally organized by international travel agencies directed to islands occupied by luxury hotels or resorts, until recently the only form of tourism allowed in the country; and on the other hand, the independent tourism, recently allowed on islands inhabited basically by fishermen. A specific liberal legislation regulates the activities of the islands-resorts, which is totally different from that more conservative legislation, based on islamic precepts, that regulates the social relations in the rest of the country. We assume that this duality – one country, two legislations – helps us to understand the particular historical configuration of power relations, as well as the interpretations of the forms of the religious experience and the expressions of gender, that underlie the legitimation of conflicting ideologies of the elaboration of the maldivian national identity.

KEYWORDS

Politics, Nation, Tourism, Islamism, Gender

APRESENTAÇÃO

Imagine-se numa ilha ocupada por um hotel de luxo, cercada por um mar de águas esverdeadas cristalinas cheio de peixes coloridos, praias de areia branca cingidas de coqueiros e vegetação luxuriante, refrescantes daiquiris e caipirinhas servidos por garçons filipinos, frutos do mar frescos no cardápio do almoço, além de pratos orientais à base de carne de porco preparados por algum *chef* tailandês, corais exuberantes para serem contemplados durante um mergulho verspertino na companhia de uma bióloga indiana, pôr-do-sol ao som de *chill out* oferecido por algum *disk jockey* holandês num deck sobre o mar de águas cristalinas cheio de peixes coloridos, um mundo de horizontalidade relaxada...¹

Agora, num mundo da verticalidade estafada, imagine-se na cidade mais densamente povoada do planeta, com 160 mil pessoas se apertando em uma ilha de 2 km², marcada por um incessante vai-e-vem barulhento de barcos que conectam as demais ilhas à cidade-capital adicionando-se ao também incessante vai-e-vem barulhento de motos e carros de fabricação chinesa que transitam apressadamente pelas ruelas sem calçadas espremidas entre arranha-céus desengonçadamente pintados, em meio a estandes de vendas de frutas, verduras e legumes tropicais, barraquinhas de brechós empoeiradas, carrinhos frenéticos de vendedores ambulantes, mulheres trajando *niqab*² pretos, *imam* ostentando barbas tingidas de vermelho e *thobe* brancos³, crianças animadas saindo da escola e indo diretamente para a (poluída) única praia pública da ilha, homens enegrecidos pelo sol do Equador carregando atuns frescos nas costas, políticos de sarongue discorrendo com empresários engravatados da indústria do turismo na frente de alguma casa de chá, tudo isso ao som de buzinas e mais buzinas

1 Agradeço a Igor Erick (Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará) pelas inúmeras dicas e pela companhia durante a viagem e também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, pela bolsa de Produtividade em Pesquisa que proporcionou a realização desse trabalho.

2 *Niqab*, *abaya* e *hijab* são vestimentas femininas exigidas e/ou recomendadas em alguns países de tradição islâmica (a primeira, só deixa à vista os olhos).

3 O *imam* é o sacerdote encarregado das atividades nas mesquitas, os templos islâmicos, e o *thobe* é o vestido branco que costuma usar em alguns países.

e do *muezzin* que ecoa dos minaretes das inúmeras mesquitas a aliciar os fiéis muçulmanos para uma das cinco orações obrigatórias diárias.

Esses dois “mundos” – o apolíneo e horizontal das espreguiçadeiras proposto pelas agências de turismo e o dionisíaco e vertical dos arranha-céus deposto pelas agências de desenvolvimento – compartilham oficialmente uma mesma *nação* no Oceano Índico, a República de Maldivas. Mas, os sujeitos que participam do primeiro mundo – os turistas e empregados estrangeiros dos *resorts* –, parecem não demonstrar interesse (e estavam proibidos até bem pouco tempo) em participar do segundo; e os sujeitos que participam do segundo, os cidadãos maldivios de Male’, a ilha-capital, parecem demonstrar pouco interesse (e estavam proibidos até bem pouco tempo) em participar do primeiro.

Tentar-se-á compreender a síntese, aparentemente paradoxal, que surge desse contraste em uma nação submetida às leis islâmicas, cuja maior fonte de rendas vem do turismo estrangeiro em ilhas concedidas para a instalação de luxuosos *resorts* – embora os recursos captados com o turismo não sejam redistribuídos, nem gerem riquezas para todos os cidadãos, nem tampouco se revertam em benefícios gerais. O contraste foi consolidado pelas relações bem particulares, nas Ilhas Maldivas, entre a configuração política local, o turismo de massa e a discursividade das ciências humanas, de que tratarei num primeiro momento. Em seguida, apresentarei a narrativa de minha própria experiência – em forma de diário de viagem (de campo?) – oriunda de uma curta estadia realizada em abril de 2017 em três pontos do arquipélago: na caótica capital, Male’; numa tradicional ilha habitada por pescadores maldivios e recentemente aberta para o turismo independente⁴, Ukulhas; e numa paradisíaca ilha-*resort*, Velidhu. Enfim, tratarei, em forma de considerações finais ou esboço de questionamentos, da síntese considerada como uma marca das tensões que estão na base do processo de construção da identidade nacional local, em meio a um mundo balizado pela expansão global do capital financeiro, pelas negociações incessantes de diferenciações (de fronteiras físicas e simbólicas) e pelas inúmeras formas de resistência cultural. Algumas fotografias de nossa autoria (com duas exceções) complementarão o texto.

MALDIVAS: A FORMAÇÃO

A República de Maldivas compreende um emaranhado de pouco mais de 1.190 ilhas coralíneas agrupadas em 26 atóis no Oceano Índico, numa extensão de 850 km que cruza de norte a sul a linha do Equador. A superfície terrestre total das ilhas não passa de 300 km². De acordo com o recenseamento da população de 2014, menos de 410 mil pessoas viviam em 128 ilhas-cidades (além de 109 ilhas-*resorts* e 128 ilhas industriais e/ou agrícolas). Quase 160 mil pessoas viviam

4 O turismo independente é aquele em que o visitante pode transitar pela área com certa autonomia, contrariamente ao turismo sob medida, em que o visitante compra de uma agência de viagens um pacote de prestações que geralmente incluem passagens para o deslocamento, hospedagem, recepção e transporte entre os aeroportos ou estações e os locais de hospedagem, programação de atividades e passeios, refeições etc. – no turismo independente, todas ou quase todas essas prestações são organizadas pessoalmente pelo turista.

nos 2 km² da ilha-capital, Male', uma das áreas mais densamente povoadas do planeta (National Bureau of Statistics, 2014). Assume-se que não há diversidade étnica, a não ser pela quantidade de estrangeiros/as que vivem no país (por volta de 16% da população), sobretudo empregados/as dos centros hoteleiros de lazer ou *resorts* (National Bureau of Statistics, 2014). Uma mesma língua é falada em todo o território, sem variações dialetais significativas, o *dhivehi*, de origem cingalesa (indo-europeia), com uma escrita própria de inspiração árabe, o *taana* (Fritz, 2002). Desde a Lei da Unidade Religiosa de 1994, confirmada pela Constituição de 2008, o Islamismo sunita⁵ é, não somente a religião oficial do país, como a única permitida (Hussain, 2008).

O arquipélago teria sido inicialmente habitado por dravidianos oriundos do sul da Índia, seguidos nos séculos VI e V a.C. por povos vindos do Sri Lanka que legaram a língua e, posteriormente, o budismo (Maloney & Munch-Petersen, 1991). Pesquisas arqueológicas empreendidas a partir da década de 1920 trouxeram à tona a cultura material de origem indiana e estruturas de templos budistas, além dos indícios da importância do arquipélago nas rotas de navegação pelo Oceano Índico desde tempos muito remotos (Bell, 1940; Bell, 1992; Forbes, 1987; Heyerdahl, 1986; Mohamed, 2005). Geneticistas abonaram recentemente a origem sul-asiática dos maldívios e confirmaram a rara unidade da população (Pijpe et al., 2013).

O islamismo sunita se espalhou pelas ilhas a partir do século XII da nossa era, introduzido em 1153 pelo viajante magrebino Abu'l Barakat Al-Barbari. Ao longo dos séculos seguintes, o arquipélago se tornou um importante ponto de parada no Oceano Índico entre a África, o Oriente Médio e o Sul e o Sudeste Asiáticos, até ser submetido violentamente por portugueses no século XVI. Hoje, o herói nacional é precisamente o guerreiro que conseguiu expulsar os lusitanos ainda no século XVI, Muhammad Takurufaanu Al-Azam, e o Dia Nacional celebra essa vitória. No final do século XIX, o Sultanato de Maldivas, sob forte pressão das potências coloniais europeias, tornou-se um protetorado britânico até a conquista da independência ocorrida em 1965. O sultanato foi transformado em república em 1968 sob a presidência de Ibrahim Nasir. Até as décadas de 1960 e 1970, o islamismo sunita vivenciado no país apresentava particularidades que o aproximava mais das experiências religiosas do norte da África do que da Península Arábica, considerado, logo, mais flexível e aberto aos aportes estrangeiros e às persistências (ou resistências) pré-islâmicas (Koechlin, 1979; Orłowska, 2015; Maloney, 1976; Munch-Petersen, 1982).

Ao longo de seu governo, Nasir tentou modernizar o país, abri-lo para as relações internacionais e torna-lo mais liberal, seguindo as tendências (ou incitações?) mundiais. O primeiro centro hoteleiro de lazer de luxo do tipo *resort* foi inaugurado em 1972 para receber exclusivamente turistas estrangeiros. Ao longo dos anos seguintes, outros seriam implantados seguindo o princípio "uma ilha, um *resort*".

5 O islamismo surgiu no século VII na Península Arábica e se expandiu de forma nada homogênea, mas bastante rapidamente, pelos mais distantes cantos do planeta, do Oriente Médio ao Extremo Oriente, à África e à Europa. As diversas interpretações dos discursos de Maomé, profeta fundador do islamismo, e as disputas acerca da liderança religiosa e política após a morte do profeta, levaram ao desenvolvimento de diversas vertentes, dentre as quais as mais numerosas são a sunita (majoritária, ditada hoje em dia principalmente – mas não exclusivamente – pela Arábia Saudita) e a xiita (minoritária, aconselhada hoje em dia pelo governo e a classe eclesialística iranianos). Desde os ensinamentos do profeta até a atualidade, o islamismo, em quase todas as suas vertentes, advogou pela necessária indissolubilidade da relação entre o religioso e o político (e o Estado e/ou a nação) (Bowen, 2012; Buresi, 2007; Ferreira, 2007; Marranci, 2008; Osella & Soares, 2010; Sonn, 2010).

As ilhas de férias trouxeram recursos importantes para suprir as consequências da crise econômica gerada pela queda na exportação de pescados, sobretudo atum, principal fonte de riquezas do país àquela altura. Em 1978, sob pressão da oposição, Nasir fugiu para Cingapura com vultuosa soma de dinheiro desviada dos cofres públicos e Maumoon Abdul Gayoom assumiu o poder pelos próximos 30 anos.

Desde as pesquisas do oficial britânico comumente conhecido como H.C.P. Bell na década de 1920, até a criação e consolidação do Estado nacional nas décadas de 1960 e 1970, nenhum/a pesquisador/a ocidental parece ter-se interessado com mais afinco pelo arquipélago (Romero-Frías, 1999, 2015a, 2015b, 2015c; Orłowska, 2015). Em meados da década de 1970, no entanto, os antropólogos Nils Finn Munch-Petersen, dinamarquês, Clarence Maloney, estadunidense, e Bernard Koechlin, francês, são autorizados para empreender trabalhos etnográficos nas ilhas. Maloney era um estudioso da história das sociedades do Sul da Índia e, em particular, da língua tâmil, que passou a se interessar pelo arquipélago maldívio em busca de subsídios para compreender os efeitos das atividades marítimas no desenvolvimento das sociedades austrais indianas. Em seu livro intitulado *People of the Maldiv Islands*, publicado em 1980, mesclou dados arqueológicos, linguísticos e etnográficos para mostrar as evidências culturais de origem indiana (e budista) persistentes nas Maldivas, apesar do histórico de islamização das relações sociais e da colonização europeia. Descreveu ainda os primeiros impactos da modernização e do turismo nos modos de vida dos ilhéus, sobretudo dos mais jovens e das mulheres (Maloney, 1976). Munch-Petersen (1982), examinando as técnicas artesanais tradicionais e a vida cotidiana dos ilhéus, e Koechlin (1979), tratando da pesca, da fabricação de barcos e da relação com a economia local, relataram as mudanças em andamento acarretadas pelo incremento do turismo de luxo e pela rápida inserção do país na esfera da economia mundial. Durante o governo de Gayoom, os livros desses autores (e outros mais) desapareceram das estantes das poucas bibliotecas e livrarias do arquipélago não sem surpresa (Romero-Frías, 2015b).

Não sem surpresa, pois Gayoom, governando com mãos de ferro, distinguiu-se de seu predecessor ao fortalecer as relações com as lideranças islâmicas sauditas (que comandam a forma mais conservadora do sunismo) e com os chefes locais, tornando o país, de fato, um país baseado em princípios religiosos e submetido à lei islâmica, a xariá (shari'a)⁶: na narrativa histórica que se estava elaborando sobre esse país islâmico, não caberia a ancestralidade hinduísta ou budista relatada nas obras dos antropólogos e arqueólogos estrangeiros (Amir, 2011; Ramachandran, 2016). Se Gayoom, em seus 30 anos de governo, estabeleceu, por um lado, o sistema educativo universal e instaurou o atendimento à saúde⁷, baseando-se nos princípios do islamismo sunita saudita, também desenvolveu, por outro, o turismo de massa e fortaleceu a indústria pesqueira, baseando-se

6 Ver a Constituição da República de Maldivas de 2008, disponível em inglês em <<http://www.majlis.gov.mv/en/wp-content/uploads/Constitution-english.pdf>>. Acesso em diversos momentos entre março de 2017 e novembro de 2018.

7 Para uma boa análise da importância do investimento em educação e arte no processo de construção de ideologias nacionais em outro contexto regional, ver Blázquez (2012).

nos princípios da economia capitalista mundial. Ao mesmo tempo em que o país passou a desconsiderar (totalmente) o seu passado pré-islâmico – donde o banimento nem sempre sutil das publicações de Maloney (1980), Munch-Petersen (1982) e Koechlin (1979), assim como os trabalhos de Romero-Frías (2011) posteriormente (NIAS, 2014) – e a instigar cada vez mais o respeito a preceitos religiosos sunitas conservadores, passou também a facilitar a instalação (inclusive, com a isenção fiscal) de empresas multinacionais de turismo de massa ou de luxo (algumas delas, sauditas), através da venda e/ou concessão de ilhas para a acomodação de mega-*resorts* e a implementação de uma política de vistos ampliada e simplificada para a entrada no país de turistas estrangeiros (endiheirados) (Domroes, 2001; Kundur, 2012).

Os turistas ficavam proibidos de frequentar as ilhas que não fossem designadas para o turismo, com exceção da capital do país, não havendo assim a possibilidade de turismo independente. Os turistas compravam os pacotes junto a agências de viagem em seus países de origem, pousavam no aeroporto internacional de Male', situado numa ilha em frente à capital e, de lá, reembarkavam imediatamente para as ilhas-*resorts*, geralmente situadas no mesmo atol da capital ou em atóis próximos (Ari-Sul e Ari-Norte). Nos *resorts*, estava permitido o uso de roupas de banhos por homens e mulheres, a comercialização e a ingestão de bebidas alcoólicas e o consumo de carne de porco, enquanto no resto do país a proibição dessas práticas e produtos era extremamente severa em respeito supostamente à xariá. Os *resorts* funcionavam com o uso da mão-de-obra quase que exclusivamente de homens estrangeiros, sendo praticamente interditados aos nacionais maldivios em razão do uso do álcool e do consumo da carne de porco (Domroes, 2001; Mihdha, 2008)⁸. O recenseamento da população de 2006, por exemplo, realizado ainda durante o governo de Gayoom, não quantificou o número de estrangeiros no país, somente aqueles casados com cidadãos maldivios. Já o recenseamento de 2014, realizado durante a redemocratização após a queda de Gayoom, deu conta também dos residentes estrangeiros, mostrando que pouco mais de 59% dos residentes de *resorts* eram estrangeiros, sendo 92% desses residentes, homens⁹. Um país, duas realidades, duas legislações.

Desse modo, a indústria do turismo passou a representar, a partir das décadas de 1980 e 1990, mais de um terço do produto interno bruto, principal fonte de renda do país (Kundur, 2012), sofrendo impactos pontuais somente após o tsunami de 2004 e as crises políticas de 2006/2008 e 2011/2012 (Carlsen & Hughes, 2004; Sheyvens, 2011). A partir da década de 2010, o turismo se torna a principal fonte de renda, representando diretamente quase 40% e indiretamente mais de 70% do produto interno bruto, o que faz do país aquele mais dependente do turismo em todo o mundo (World Travel and Tourism Council, 2018).

8 Nota-se, ali, um direcionamento do turismo para um modelo considerado mais familiar que se opõe sobremaneira ao turismo que se desenvolveu, quase no mesmo período, no litoral do Nordeste brasileiro, com direcionamento para a prostituição, como apontam Aquino (2015) ou Piscitelli (2010).

9 O fato de não quantificar os estrangeiros vivendo em resorts talvez seja uma prova de que, para o governo de Gayoom, era melhor que a população não se inteirasse do que acontecia nos resorts, nem sequer do número de pessoas que viviam ali, como se realmente fosse um outro país.

O avanço do conservadorismo islâmico sunita e da censura religiosa aplicado à população como um todo pelas forças do Estado (Amir, 2011; Ramachandran, 2016), a concentração da renda oriunda do turismo e da exportação de pescados nas mãos da família presidencial e de seus próximos, aos quais não se aplicava (ou se aplicava frouxamente) a repressão por desrespeito aos preceitos conservadores (Colton, 1995; Salih, 2003), e a corrupção crescente (Mausoom, 2004; Rasheed, 2013), por um lado, e por outro, a ineficiência do governo para lidar com problemas ambientais, como os efeitos do fenômeno El Niño de 1998 que dizimou vastas colônias de corais e do tsunami de 2004 que devastou ilhas inteiras (Baer & Singer, 2014; Carlsen & Hughes, 2008; Orłowska, 2015), além do descontentamento dos jovens diante do incremento das taxas de desemprego e das desigualdades sociais, motivaram grandes protestos, principalmente a partir de 2003. O governo, obrigado a ceder, apoiou o multipartidarismo e a promulgação de uma nova Constituição que previa eleições diretas em 2008 (Hussain, 2008). Confiante na vitória, Gayoom foi derrotado nessas primeiras eleições livres e diretas por Mohammed Nasheed, um jovem jornalista, ativista pró-democracia diversas vezes preso e torturado, conhecido carinhosamente como *Anni*¹⁰.

O governo de Nasheed foi marcado por uma reforma radical que tinha por intuito alguns desafios, tais como: tornar as Ilhas Maldivas o primeiro país, num futuro próximo, a reduzir drasticamente as emissões de dióxido de carbono¹¹; criar um fundo financeiro para comprar terras na Austrália, na Índia ou no Sri Lanka para deslocar os maldívios em caso de inviabilização da vida no país devido à elevação do nível dos oceanos¹²; proibir totalmente a pesca do tubarão; privatizar empresas estatais que serviam de base para esquemas de corrupção; introduzir uma rede de transportes interligando as ilhas; criar um sistema previdenciário universal; cobrar impostos das camadas sociais mais ricas (aquelas que impunham para o resto da população o conservadorismo de base religiosa); e ampliar a diversificação da indústria do turismo com o incentivo ao turismo independente nas ilhas habitadas por maldívios e o desenvolvimento do turismo de base comunitária. Nasheed se tornou mundialmente conhecido por sua luta para convencer os maiores emissores de gases de efeito estufa (tais como a China, os Estados Unidos, o Brasil e a Índia) a reconhecer a necessidade de implementação de medidas efetivas para minimizar os impactos das mudanças climáticas planetárias, em particular durante os preparativos da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, realizada na Dinamarca em 2009¹³.

Nasheed ampliou as relações das Maldivas com o resto do mundo, valorizando a importância do estreitamento dos laços econômicos com o Sul da Ásia e as ancestralidades indiana e cingalesa, com o intuito de buscar novas fontes de renda para que o país não fosse tão dependente do turismo e da pesca de atum (e por conseguinte para minimizar o avanço do fundamentalismo islâmico). A busca

10 Usam-se muitos apelidos nas Maldivas. Anni é considerado idiossincrático, cunhado especialmente para o presidente Nasheed (Gnanadesikan, 2014)

11 Ver Baer (2012), Barnett & Adger (2003) e Dove (2014).

12 Em média, as ilhas que formam o arquipélago não passam de 1,5 metros de altitude acima do nível do mar. Muitas ilhas estão sendo erodidas em razão das consequências das mudanças climáticas nas últimas décadas (Antrosio & Hans, 2015; Baer & Singer, 2014; Barnett & Adger (2003), Carlsen & Hughes, 2008; China, 2003; Mohamed, 2012).

13 Ver a esse respeito o documentário *The Island President*, lançado em 2011, produzido por Jon Shenk, em <<http://theislandpresident.com>> e <<https://www.youtube.com/watch?v=OK-8YXoA8xE>>. Acesso em: 18/10/2018. O documentário acompanha o primeiro ano do mandato de Nasheed e sua insistente preocupação com as questões ambientais. O arquipélago das Maldivas se viu particularmente afetado pelas mudanças climáticas globais em curso, com a elevação do nível dos oceanos que erodia e inundava algumas ilhas; com o aquecimento das águas que causava a morte dos corais nos atóis e, por conseguinte, às formas de vida a eles associadas; e com o incremento da poluição causada pelo excesso de lixo que levava à escassez de espécies de peixes que antes faziam parte da dieta cotidiana dos ilhéus.

pela sustentabilidade econômica e ambiental foi uma das marcas principais de seu governo, tema caro aos países do Sul da Ásia. Uma nova edição do livro de Maloney (1980), prefaciada pelo próprio Nasheed, foi publicada e amplamente divulgada, revalorizando a continuidade histórica das Maldivas desde o período pré-islâmico. A divulgação de trabalhos de pesquisa críticos produzidos por cientistas sociais maldivios (sobretudo em inglês) foi incentivada, com a finalidade de lançar um pensamento reflexivo necessário para a modernização e a sustentabilidade da economia e da política nacionais (Mohamed, 2005; Mohamed, 2012) e de alavancar a liberalização das relações sociais, em particular das relações de gênero (Marcus, 2012).

No início de 2012, no entanto, Nasheed foi coagido, pelas forças policiais e pelo exército (apoiados por empresários próximos do ex-presidente Gayoom), a renunciar, acusado de não respeitar o islamismo e de ter mandado prender injustamente um juiz. Assumiu o poder o vice-presidente até a realização de eleições no final de 2013. Essas eleições foram marcadas por muitas denúncias de irregularidades: Nasheed venceu, mas a Suprema Corte cancelou o pleito arbitariamente; uma nova votação deu a vitória ao meio-irmão de Gayoom, Abdulla Yameen. Num processo amplamente reconhecido alguns meses depois como um golpe de Estado, Nasheed acabou sendo forçado a se exilar na Grã-Bretanha e no Sri Lanka, de onde comandou a oposição até 2018, quando seu partido voltou ao poder em novembro com a eleição de Ibrahim Mohamed Solih¹⁴.

O governo de Yameen se caracterizou por uma reaproximação com a Arábia Saudita e pelo estreitamento de laços com a China, em detrimento da Índia e do Sri Lanka. Yameen doou, por exemplo, algumas ilhas para a instalação de resorts chineses e sauditas, enquanto empresas chinesas se encarregaram de erigir uma nova cidade para desafogar o crescimento demográfico da capital numa ilha artificial que se estende a partir da ilha onde se localiza o aeroporto internacional, Hulhumale, além de construir uma ponte conectando a capital a essa ilha, dentre diversas outras obras vinculadas à iniciativa expansionista chinesa apelidada de *belt and road* (“cinturão e estrada”)¹⁵. O endividamento com a China estaria comprometendo sobremaneira o crescimento do país, segundo especialistas¹⁶, o que já se tornou o maior desafio para o novo presidente recém-empossado em 2018.

Quanto à relação com a Arábia Saudita, esse país vem financiando a construção ou a reforma de mesquitas nas mais remotas ilhas e a formação de líderes religiosos e de pesquisadores do livro sagrado (inclusive, com bolsas de estudo), no que foi chamado de iniciativa de manutenção da *religious unity* (“unidade religiosa”). Assim, se a China vem inserindo as Maldivas no *belt and road*, a Arábia Saudita vem obrando, por sua vez, pela *religious unity*, economia e religião caminhando numa mesma direção global, com a facilitação das esferas político-administrativa e jurídica locais (Amir, 2011; Ramachandran, 2016)¹⁷.

14 Ver sobre os últimos acontecimentos da carreira de Nasheed em 2018 as reportagens em <<http://www.latimes.com/world/asia/la-fg-maldives-exiled-president-20180417-story.html>> e <<http://www.latimes.com/world/asia/la-fg-maldives-exiled-president-20181101-story.html>>. Acesso em: 15/12/2018.

15 Trata-se de uma iniciativa também chamada de “Nova Rota da Seda”, com a construção de uma série de estradas e ferrovias e a instalação de rotas marítimas comerciais conectando a China à Europa, via Ásia e África. Ver, a esse respeito, a reportagem investigativa em <<https://www.theguardian.com/cities/ng-interactive/2018/jul/30/what-china-belt-road-initiative-silk-road-explainer>>. Acesso em: 23/10/2018.

16 Ver, a esse respeito, a reportagem em <<https://www.theguardian.com/world/2018/nov/18/maldives-new-president-warns-treasury-looted-during-china-led-boom>> e <<https://thediplomat.com/2018/10/the-maldives-new-government-mission-impossible/>>. Acesso em: 20/12/2018.

17 Ver, a esse respeito, a reportagem em <<https://maldivesindependent.com/politics/saudi-arabia-to-help-maintain-maldives-religious-unity-119980>>. Acesso em: 20/12/2018.

Romero-Frías, antropólogo que viveu e realizou pesquisas no arquipélago entre o final da década de 1970 e meados da de 1990, alertou para o fato de que o processo de islamização sunita pró-saudita levado a cabo por Gayoom e continuado por Yameen introduziu práticas até então inexistentes (como a poligamia, o apedrejamento por adultério e a pena de morte para crianças a partir dos sete anos de idade) ou fortaleceu outras vivenciadas de forma relaxada (como o uso do *niqab* pela mulheres ou a censura religiosa¹⁸ para citar somente esses exemplos)¹⁹. Segundo o mesmo autor, as gerações mais jovens que não conheceram a realidade de antes de Gayoom teriam, de certo modo, se acomodado ao conservadorismo e reagido de duas maneiras: alguns teriam se espelhado nas realidades estadunidense e europeia como válvulas de escape, vivendo de forma dissidente, seja no âmbito de espaços de sociabilidade fora do alcance da polícia moral, seja mais radicalmente através da criação de gangues de delinquentes e de usuários de drogas ilícitas na capital; outros muitos teriam se rendido ao fundamentalismo islâmico, juntando-se a entidades de inspiração jihadistas, como a Fundação Islâmica das Maldivas, ou até mesmo aos exércitos do Estado Islâmico²⁰ na Síria e no Iraque (Amir, 2011; Naseem, 2012; Osella & Soares, 2010).

No período da crise política de 2012, momento em que Nasheed era acusado de valorizar excessivamente o passado pré-islâmico do país e de se aproximar demasiadamente de Israel, a Fundação Islâmica das Maldivas divulgou panfletos apelando para o ataque a todas as representações budistas e hinduístas ainda existentes no arquipélago, inclusive através da destruição de bens arqueológicos musealizados e das ruínas de templos budistas. Em fevereiro de 2012, no dia em que Nasheed era forçado a renunciar, mais de 30 estátuas budistas do recém-reinaugurado Museu Nacional foram destruídas por um grupo de homens armados de pedras e barras de ferro, além de uma série de outros objetos únicos, repercutindo negativamente²¹ pelo mundo afora (Amir, 2011; Hofmeister, 2015; Naseem, 2012; Ramachandran, 2016).

Em abril de 2017, em pleno governo de Yameen, visitei por duas semanas o arquipélago com o objetivo de entender, como turista e antropólogo, o funcionamento do sistema de acolhimento aos visitantes através, por um lado, de ilhas-*resorts* luxuosamente estruturadas para receber exigentes turistas estrangeiros endinheirados, e por outro, de pousadas ou *guesthouses* em ilhas habitadas por pescadores maldivios que recentemente puderam começar a receber turistas estrangeiros. Passarei a seguir ao relato dessa experiência de turismo (e etnografia), baseada num olhar especialmente voltado à construção da ideologia nacional e ao lugar ocupado nessa ideologia pela diversidade sexual e de gênero.

18 Ver, a respeito, da censura a reportagem em <<https://www.theguardian.com/books/2014/sep/25/maldives-censor-books-islamic-codes>>. Acesso em: 20/12/2018.

19 Ver, a esse respeito, o documentário intitulado *Maldives, la Charia au Paradis*, produzido em 2014 por Nicolas Bertrand e David Da Meda para o programa *Envoyé Spécial* da rede de televisão francesa France 2, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=DusU_IPwAzk>. Acesso em: 02/11/2018. Em outros contextos, como na República Islâmica do Irã, cujo poder político está nas mãos de uma liderança religiosa e o xiismo é a única vertente islâmica permitida, percebe-se um fenômeno estruturalmente parecido, com a imposição de práticas oriundas da interpretação dos textos religiosos que acabam por assujeitar cada vez mais aqueles grupos que já são vulnerabilizados pelas desigualdades econômicas. Assim, sunismo ou xiismo, quando tornados vertentes religiosas exclusivas de algum Estado, podem ter efeitos muito semelhantes em termos de submissão de maiorias vulnerabilizadas por elites minoritárias que agem em função de seus próprios interesses, geralmente econômicos, camuflados pelo religioso. Mas, a situação do Irã e sua comparação com outras realidades será abordada em outro texto de nossa autoria atualmente em preparação.

20 Ver, sobre o crescente número de maldivios engajados nos exércitos do Estado Islâmico, sobretudo para combater na Síria, a reportagem em <<https://www.ynetnews.com/>



Figura 1

A capital, Male', vista da ilha onde se encontra o aeroporto.

MALE', UKULHAS E VELIDHU: A EXPERIÊNCIA²²

Male'²³

A chegada às Ilhas Maldivas se dá por via marítima ou pelo único aeroporto internacional existente no país, situado numa ilha em frente à capital, Male'. No aeroporto, os brasileiros tinham que se submeter a um controle sanitário rígido, em razão dos surtos de febre amarela, dengue, chikungunya e zika naquele ano de 2017 no Brasil. Após os controles sanitários, as bagagens também eram submetidas à procura de materiais religiosos: é proibido entrar no país com quaisquer símbolos religiosos que não sejam islâmicos (um colar com uma cruz ou uma Bíblia não geram problemas, mas mais de um exemplar de um mesmo produto, sim). Ainda no aeroporto, quase não se veem mulheres maldivas usando *niqab* ou até mesmo um simples véu e há muitas turistas trajando shorts e camisetas. Grupos de alegres e barulhentos jovens europeus em busca de um barco público que os levará para uma ilha para surfar se misturam a grupos de também alegres e barulhentos idosos chineses, japoneses ou sul-coreanos à procura dos hidroaviões que os guiarão para os seus *resorts*.

Um barco público leva a Male' em alguns poucos minutos. A ponte que ligará o aeroporto à capital, intitulada de "Amizade China-Maldivas", ainda estava em construção. A vista da capital, desde o mar cristalino, é surpreendente, com seus arranha-céus coloridos, os pontudos minaretes das mesquitas e dezenas de barcos singrando em todas as direções. O hotel reservado ficava do outro lado extremo da ilha-capital, o que me permitiu fazer uma boa caminhada de "reconhecimento". As ruas por vezes são extremamente estreitas e sem calçadas e o tráfego de carros e motos é intenso. Nota-se na cidade um grande número de mulheres portando o véu ou o *niqab* e homens, o *thobe*, em sinal de respeito às leis islâmicas tais quais impostas politicamente no país. Aqui e ali, percebem-se pichações nas paredes estampando o rosto de Nasheed e até mesmo dizeres em inglês, como *Free Nasheed*, em referência ao ex-presidente, ainda exilado àque-la altura. Poucos turistas se aventuram pela ilha-capital, por eles considerada

articles/0,7340,L-4934528,00.html>. Acesso em: 08/07/2018.

²¹ Ver, a esse respeito, as reportagens do New York Times em <https://www.nytimes.com/2012/02/14/world/asia/political-turmoil-threatens-archaeological-treasures-in-maldives.html?_r=1>; do Asian News em <<http://www.asianews.it/news-en/Islamists-destroy-some-30-Buddhist-statues-23986.html>>; e no Archaeology News Network em <<https://archaeologynewsnetwork.blogspot.com/2012/02/mob-storms-maldives-national-museum.html#kRcLy4byglUvLaAt.97>>. Acesso em: 20/12/2018.

²² Considera-se a experiência como a vida real através dos acontecimentos, parafraseando Geertz (1973), os acontecimentos como o resultado do jogo entre a causalidade material e a interação social e a experiência como o resultado da interpretação de acontecimentos, segundo Barth (2000), e logo a experiência como aquilo que constitui os sujeitos enquanto tal, sempre associada a processos históricos, como sugere Scott (1992). Como sugere De Lauretis, a



Figuras 2 e 3

Praça da República, Male'.



como sem interesse, quente e insegura. No entanto, no hotel (no sétimo andar de um arranha-céu), havia um grande grupo de (muito) jovens alemães que esperavam para serem levados ao aeroporto, depois de uma estadia na ilha mais procurada por jovens turistas independentes, Maafushi.

Em Male', nas proximidades dos mercados de frutas e legumes e de peixes,

experiência é um processo pelo qual a subjetividade é construída para os seres sociais, um "[...] complexo de efeitos, hábitos, disposições, associações e percepções significantes que resultam da interação semiótica do eu com o mundo exterior." (De Lauretis, 1994).

23 Para não sobrecarregar esse texto, não foram inseridos mapas, somente algumas fotografias de nossa própria autoria. Mapas e imagens de domínio público das Maldivas, Male', Ukulhas e Velidhu estão disponíveis em <<https://www.google.com.br/maps>> e <<https://images.google.com.br>>. Diversos acessos ao longo de 2017 e 2018.

viam-se homens a limpar o atum na proa de alguns barcos típicos, os *dhoni* – barcos feitos à mão muito parecidos com os *dhow* do Golfo Pérsico. Nos mercados, presença majoritária de homens vendendo e comprando. Pouquíssimas mulheres nas imediações. Não muito distante dali estão localizados alguns dos prédios mais importantes do país, como as mesquitas de Sexta-Feira, a nova (edificada e doada pela Arábia Saudita) e a antiga (datada do século XVI), assim como os túmulos de personagens importantes, como o introdutor do islamismo nas ilhas, e palacetes (atual e antiga residências presidenciais). Pela orla sul, chega-se ao *carnival*, um trecho ocupado por inúmeros cafés e restaurantes, nenhum deles com autorização para a venda de bebidas alcoólicas. Perto dali, a praia pública da capital, onde crianças se divertem nas águas transparentes, enquanto mulheres, trajando o *niqab*, as aguardam sentadas na areia.

O Museu Nacional (*National Museum*), num prédio edificado e doado pela China (construído no governo do presidente Gayoom e inaugurado no de Nasheed), encontra-se bem próximo aos palacetes e mesquitas principais. Embora o prédio seja moderno e imponente, as peças em exposição estão dispostas de forma pouco criativa e o espaço (enorme) não é aproveitado de maneira ótima. No térreo, vemos um conjunto de peças do palácio do período do sultanato, algumas poucas pedras esculpidas com inscrições do alfabeto antigo, anterior ao *taana* e uma ou duas estelas com representações budistas. No térreo ainda, uma sala dedicada à filatelia e uma outra dedicada à polícia, com guias policiais explicando cada foto e cada vídeo, assim como cada uniforme, honrando os benfeitos da polícia local, chamam a atenção. Máquinas de escrever e de tipografia, pianos e teclados, telefones e outras peças compõem o resto do acervo no térreo. No andar de cima, instrumentos da vida cotidiana feitos de madeira e de palha e mais alguma parafernália palaciana dos sultões, tais como louças, roupas, palanquins, fotos etc., tentam ligar os modos de vida dos ilhéus à realidade política do sultanato, mas acabam, a meu ver, por reforçar a ideia de que a população em geral levava uma vida muito distante da realidade da corte. Há uma seção dedicada à fauna marinha, com muitos tipos de corais. Enfim, a seção que mais me impressionou foi aquela dedicada às línguas e escritas ou alfabetos. Não há uma ordem muito nítida, nem cronológica, nem étnica, nas coleções expostas no museu. Não há uma apresentação, nem uma representação da história do país, nem da diversidade cultural, como se a imagem



Figura 4
Praia pública artificial, Male'.

que se intenciona passar fosse a de um país marcado pela unidade proposta pelo islamismo, tal qual imposto pelas elites no país – a exposição do passado pré-islâmico é tímida e só toma uma proporção um pouco maior na exposição dos alfabetos anteriores ao *taana*, ainda assim para reforçar a influência do islamismo na constituição linguística do país. Assim como em outros países islâmicos, a nacionalidade é abordada no Museu Nacional sempre do ponto de vista da unidade (principalmente religiosa) proposta pelo islamismo (percebemos o mesmo em 2015 ao visitar o Museu Nacional do Catar, de base sunita, e até mesmo no Museu Nacional do Irã, de base xiita, em 2019).

Numa rua ao lado do museu, há uma concentração de lojas de lembranças para turistas. Em uma delas, conversei bastante com o vendedor. Quando disse que era brasileiro, ele iniciou uma conversa sobre política, perguntando-me se o país estava se recuperando da crise. Fiquei surpreso por ele saber da situação brasileira e respondi que estava cada vez mais crítica. Imediatamente, antes mesmo que eu o fizesse, ele comparou com a situação das Maldivas, dizendo que a crise tinha semelhanças. Trocamos ideias sobre Nasheed e os governos progressistas brasileiros, em particular os mandatos do presidente Lula – personagem muito apreciado por ele. Confirmou a importância do governo do presidente Nasheed para o povo maldívio, a abertura para o *local tourism* ou turismo independente e a distribuição de renda e confirmou a decadência em que se encontrava naquele momento o país, com a ascensão do fundamentalismo religioso, o incremento da desigualdade e a banalização das políticas de maquiagem da corrupção. Ele relatou longamente como funciona o sistema de privilégios econômico e fiscal concedidos às empresas estrangeiras nas Maldivas, como aquelas ligadas ao turismo. Afirmou que uma parte muito pequena do dinheiro do turismo ficava (e voltou a ser assim) com os maldívios. Trabalhou durante quinze anos para uma rede hoteleira japonesa que tem um *resort* nas Maldivas e, por conta da empresa, passou dois anos no Japão, daí sua familiaridade com as questões sobre a parte dos lucros que ficam nas ilhas e a parte que vai para o país de origem dos *resorts*. Enfim, ele associou o que acontece no Brasil e nas Maldivas com o que acontece nos Estados Unidos com o governo de Trump e até prenunciou o perigo que poderia acontecer na França com a possibilidade da eleição da candidata da extrema-direita à presidência naquele ano de 2017.

Figura 5
Male'.



Refletindo sobre essa conversa, continuei a viagem, buscando aprofundar o tema com meus possíveis futuros interlocutores. Male' é rodeada por portos e ancoradouros, uma cidade voltada para o mar. De um píer (*jetty*) se toma a lancha pública (*speedboat*) – pequena, com capacidade para uns 25 passageiros – para Ukulhas, no Atol de Ari, meu próximo destino. A lancha tem partidas diárias e a duração do trajeto é de quase duas horas. Outra forma de se chegar até lá seria de balsa (*ferry*), um barco cargueiro com capacidade para centenas de passageiros, com partidas três vezes por semana e duração da viagem de mais de quatro horas. O sistema de transporte público entre as ilhas foi instituído durante o governo de Nasheed para facilitar a circulação de produtos e pessoas, mas também de visitantes estrangeiros entre as ilhas liberadas por seu governo para o turismo independente.

Ukulhas

Dentre as 188 ilhas habitadas²⁴ que não são *resorts*, nem industriais ou agrícolas, escolhi Ukulhas por algumas razões: trata-se de (a) uma ilha situada num atol não muito distante da capital, mas suficientemente distante das inúmeras ilhas-*resorts* dos Atóis de Male'-Norte e Male'-Sul para não ser somente uma ilha-residência para funcionários de *resorts*; (b) uma ilha não tão visitada quanto a popular Maafushi²⁵, esta última considerada a *meca* do turismo independente com quase quarenta hotéis, albergues e pousadas; nem tão pouco visitada quanto as ilhas mais remotas nos extremos do país, ainda sem infraestrutura turística; e (c) uma ilha com certos equipamentos, tais como escola, posto de saúde, farmácia, pequenos mercados, mesquitas, campo de futebol, horta hidropônica, associação de pecadores, seis ou sete restaurantes e/ou cafés, somente uma pequena dezena de pousadas (*inn* ou *guesthouse*), usinas de geração de energia elétrica, de dessalinização da água do mar, de compostagem de lixo orgânico e de secagem de peixes para a revenda e uma fábrica de gelo, além de uma *bikini beach* grande e cercada por uma reserva ecológica – as ilhas que não são *resorts* disputam entre si os turistas independentes em função do tamanho de suas praias exclusivamente reservadas para as atividades e o *far niente* dos visitantes estrangeiros, comumente chamadas de *bikini beach* (Masters, 2015). Assim, Ukulhas seria o lugar ideal para se observar a maneira como os moradores se relacionam com os visitantes estrangeiros numa das ilhas habitadas do país (quase 16% do total de ilhas do arquipélago) que não são *resorts*, nem industriais ou agrícolas (National Bureau of Statistics, 2014).

Ukulhas contava, segundo o recenseamento da população de 2014, com 1.005 habitantes, dos quais 84 eram estrangeiros (quase 9% do total de moradores), apenas uma pequena parte empregada no turismo local e a outra grande parte, na pesca e na construção civil (National Bureau of Statistics, 2014) – um de meus interlocutores, Amin²⁶, disse-me que os empregados do turismo são geralmente

24 Das 1.192 ilhas que compõem o arquipélago, de acordo com o recenseamento da população de 2014, 425 eram habitadas, dentre as quais 109 eram *resorts* (26% do total de ilhas habitadas) e 128 eram industriais ou agrícolas (30% do total de ilhas habitadas, compreendendo aquelas com fábricas e usinas, fazendas e outras usadas como lixões, habitadas somente por funcionários do empreendimento em questão).

25 A Ilha de Maafushi está situada no Atol de Male'-Sul, a menos de uma hora de lancha do aeroporto internacional. Possuía 3.025 habitantes, de acordo com o recenseamento da população de 2014, dos quais 419 eram estrangeiros (National Bureau of Statistics, 2014). Trata-se da sétima ilha mais habitada do país e a que tem a maior proporção de estrangeiros/as, quase todos/as empregados/as no turismo local. A ilha foi a primeira tomada pelo turismo independente. O turismo em Maafushi estaria mais próximo daquilo que Molina chama de "pós-turismo", ou seja, uma modalidade de visitação guiada pela experiência e pela troca, mediadas pelas novas tecnologias, na esteira da saturação do modelo "sol-e-praia" e da ascensão de uma dinâmica (mercadológica?) de modelos múltiplos, dentre os quais o patrimonial, o artístico, o ambiental, o monumental, o étnico, o histórico, o cultural etc. (Molina, 2003).

26 Utilizarei nomes fictícios para os interlocutores.



Figura 6
Mapa de Ukulhas exposto em forma de pequeno outdoor numa rua da ilha.

tailandeses (mais precisamente, tailandesas) e os da pesca e da construção civil, homens bengaleses. A ilha, que se encontra a 72 km de distância em linha reta da capital, possui uma superfície de menos de 1 km² e 1.025 metros de comprimento (de noroeste a sudeste) por 225 metros de largura (de nordeste a sudoeste). Cercada por uma barreira de corais, sobretudo numa área marítima que vai do norte ao sul da ilha passando pelo lado oeste, a costa leste apresenta um porto com barreiras artificiais de pedra para impedir o avanço do mar nos meses das chuvas de monções. Em frente ao porto, há uma grande praça com limites demarcados pelo mar, a mesquita principal, alguns comércios e uma fábrica de gelo para o condicionamento do pescado. Não há automóveis motorizados na ilha, com exceção dos pequenos carros que fazem a coleta do lixo; há algumas poucas motos e bicicletas.

Caminhando em direção ao centro da ilha, chega-se à única rua de fato, a Jumhooree Magu (Rua da República), que se estende por toda a ilha de noroeste a sudeste: na extremidade noroeste, encontram-se as usinas e fábricas já citadas acima e a escola, enquanto na extremidade sudeste, situa-se a pequena concentração de pousadas, uma reserva ecológica e a *bikini beach*. Ao longo da rua, diversas pequenas mercearias que vendem um pouco de tudo (desde roupas a



Figura 7
Rua principal no meio da tarde, Ukulhas.



alimentos, passando por DVDs e livros) dividem a extensão com concorridas mesquitas (dentre as quais, a pequenina e mais antiga da ilha, a Mesquita de Sexta-Feira, com ruínas de construções mais antigas em seu quintal, talvez pré-islâmicas), o movimentado campo de futebol, os novíssimos posto de saúde, farmácia e biblioteca, em meio a pequenas casas ajardinadas com fachadas coloridas e bem cuidadas. A costa oeste da ilha, de noroeste a sudeste, apresenta uma praia contínua de areias bem brancas bordada por uma mata que a separa das ruelas que lhe dão acesso, abrindo-se na ponta sudeste para a ampla *bikini beach*. Com efeito, uma das particularidades mais interessantes de Ukulhas é precisamente o fato de que a praia reservada para os visitantes estrangeiros se confunde informalmente com a *local beach*, a praia reservada para os moradores: conversando com algumas pessoas, percebemos que não há interesse por parte delas em definir com rigor, como em outras ilhas, os trechos de ambos os públicos, deixando que visitantes e moradores se misturem nas praias – os primeiros trajando no banho sungas ou biquínis e os moradores, bermudas ou vestidos e véus.

Figura 8
Turistas num trecho da *Bikini Beach*, Ukulhas (foto cedida por Igor Erick).

Figura 9
Moradores num outro trecho da *Bikini Beach*, Ukulhas (foto cedida por Igor Erick).



Amin, o *manager* da pousada onde me hospedei, estava à minha espera no porto. Alguns meses antes da viagem, entrei em contato com diversas pousadas, a partir de pesquisas feitas na internet e das dicas da publicação inglesa *Lonely Planet* (Masters, 2015), e acabei selecionando a ilha de Ukulhas e a pousada administrada por Amin, um maldívio de uns 30 anos nativo dessa ilha. Caminhando para a pousada, ele foi fornecendo informações – e principalmente alertando-me para alguns cuidados – sobre o turismo na ilha: o turismo independente teria começado em novembro de 2012, quando um jovem tailandês se hospedou precisamente na pousada onde eu iria ficar, Ukulhas Inn. Na verdade, Amin administra uma pousada, mas me hospedou nessa outra, a primeira a funcionar na ilha, bem perto da sua. Além da pousada, ele administra ainda um restaurante bastante concorrido na ilha, cujos funcionários são todos tailandeses (dois cozinheiros e duas garçonetes). As duas pousadas e o restaurante têm a vantagem de se encontrarem ao lado da *bikini beach* e da reserva ecológica, utilizando-se do espaço da reserva com redes e espreguiçadeiras estrategicamente posicionadas sob as árvores e na areia para o uso dos clientes. Nossa primeira conversa foi interrompida pelo canto do *muezzin*, o chamado das mesquitas para a oração do meio dia. A ilha, que parecia adormecida sob o sol, viu surgir uma pequena multidão de homens caminhando em direção à mesquita principal, localizada na praça do porto. Na direção da pousada, não se avistava ninguém, exceto na praia, onde alguns casais de visitantes estrangeiros, basicamente russos e coreanos, dividiam a grande extensão de areia branca com crianças maldívias que se jogavam aos risos nas águas esverdeadas e cristalinas do mar, repletas de peixes coloridos.

Ao longo dos dias passados na ilha, criei oportunidades para conversar com algumas pessoas, Amin e seu irmão sendo os principais interlocutores, assim como as garçonetes tailandesas do restaurante da pousada. Visitando as instalações públicas ou semi-públicas da ilha (tais como as fábricas, a escola, o posto de saúde, a biblioteca, a farmácia, as mesquitas, os poucos restaurantes e cafés/padarias, os mercados, o cemitério etc.) e conversando com as pessoas, sempre em inglês, precedido de algumas poucas palavras em dhivehi aprendidas na leitura de alguns dicionários e em páginas da internet, foi possível elaborar algumas interpretações acerca da vida na ilha, o impacto do turismo na percepção que os moradores têm do próprio país, a ideia de nação e considerações sobre gênero e diversidade sexual. É unânime que inúmeras foram as mudanças ocorridas nos últimos anos em Ukulhas: algumas delas relacionadas ao turismo independente, outras ao conservadorismo de cunho sobretudo religioso... e outras ao turismo independente como forma de proporcionar reflexões sobre o conservadorismo.

Em frente às casas, quase sempre há um banco improvisado para as pessoas se sentarem ao entardecer, geralmente homens. Em quase todas as casas comerciais, há placas com dizeres em dhivedi, árabe e inglês sobre a porta de entrada.

São partes do livro sagrado islâmico, o Alcorão. Em uma dessas placas, na entrada de um comércio de alimentos, lia-se: *The Messenger of Allah said: "Among my Ummah²⁷ there will certainly be "a group of" people who permit Zinaa²⁸ (adultery and fornication), silk, alcohol and musical instruments..."* ("O Mensageiro de Alá disse: "Em minha Comunidade, haverá certamente "um grupo de" pessoas que permitem atividades sexuais ilícitas (adultério e fornicação), seda, álcool e instrumentos musicais..."). Assim, leem-se os dizeres e comentam-se os seus conteúdos nas conversas de fim de tarde nos bancos à porta das casas ou na frente das mesquitas após uma ou outra oração.

Em outros pontos, havia placas com desenhos e dizeres, geralmente em inglês, sobre o respeito ao meio ambiente e a necessidade de se catar e selecionar o lixo das praias, das ruas/ruelas e do mar. Os desenhos originais foram feitos por crianças da escola local. Por toda parte, lixeiras, propagandas de respeito ao meio ambiente e placas de localização em inglês e em dhivehi mostram que estamos num local turístico – Ukulhas ganhou alguns prêmios nacionais de exemplaridade ambiental, o que a torna uma ilha ainda mais apreciada pelos turistas. Desse modo, esses desenhos e ensinamentos parecem servir tanto para a educação da população, como para a atração dos turistas. Em Ukulhas, assim como em todas as ilhas com pousadas abertas para o turismo independente, oferta-se ao visitante praticamente uma mesma série de atividades, sempre voltadas para o meio ambiente: passeios de mergulho (*scuba diving*) ou flutuação no mar (*snorkel*) para observar a fauna (em barreiras de corais quando se trata de peixes pequenos e em alto mar quando se trata de peixes grandes), almoço em um banco de areia que desaparece com a subida diária da maré, jantares românticos à luz de velas e das estrelas nas areias das *bikini beaches* paradisíacas e prática de esportes nos limites do atol (surfe, windsurfe, kitesurfe etc). Assim, as ilhas do vasto arquipélago precisam concorrer entre

27 *Ummah* é a comunidade de crentes no islamismo (Abdul-Rahman, 2007).

28 *Zinaa* ou *Zina* são atividades ilícitas consideradas imorais e associadas à sexualidade. Para mais detalhes, ver Abdul-Rahman (2007: 295).

Figura 10

Ukulhas
(foto cedida por Igor Erick).



si na corrida por turistas independentes, já que todas oferecem mais ou menos as mesmas atrações. O nível de preservação ambiental é um dos pontos principais nessa corrida por recursos estrangeiros, fazendo de Ukulhas um dos lugares mais valorizados – Maafushi, por exemplo, a ilha mais visitada por turistas independentes, já apresenta os sinais das consequências negativas da visita sem muitas restrições, como a morte de corais, o desaparecimento de algumas espécies de peixes coloridos, o excesso de barulho, além das mudanças nos modos de vida, já que a maioria dos moradores vive hoje em dia em função do turismo (Mohamed, 2012, 2015).

Não vi nenhuma pousada oferecendo passeios a aldeias em ilhas não afetadas pelo turismo para algo como uma “imersão cultural”, visita a escolas, postos de saúde, mesquitas, fábricas de secagem de peixes etc. – nada como a tal “identidade-para-o-mercado” de que tratou Machado (2004). Mas, parece ficar bem nítido que os objetivos do turismo independente são os de, por um lado, permitir que toda a população das ilhas possa se beneficiar de alguma forma dos recursos do turismo, não somente os donos de ilhas-*resorts* e a elite empresarial nacional; e por outro, proporcionar e incentivar a interação entre os moradores e os estrangeiros e, assim, ampliar os horizontes das relações sociais ao promover, de modo regulado, a inserção dos maldívios num mundo global(izado).

Aos trabalhadores do turismo, perguntei sobre as percepções que os moradores de Ukulhas tinham dos visitantes estrangeiros. Geralmente, a resposta foi a de que as relações eram boas porque os turistas respeitavam os modos de vida locais. Amin, no entanto, deu uma resposta peculiar: disse que os moradores/as *don't disturb the tourists* (não perturbam os turistas). Eu me expliquei, dizendo que queria saber se os moradores se sentiam perturbados com o turismo, não o contrário. Ele afirmou que os moradores não veem problema no turismo e que, ao contrário, muitos querem abrir *guesthouses*, ao ver a crescente quantidade de turistas que chegam à ilha todos os dias e as oportunidades abertas pelo ramo – hospedagem, restaurantes, passeios etc. Eu insisti sobre os modos de vida locais, querendo saber se o turismo os afetava. Ele disse que não, que as pessoas gostavam de ver os turistas, mas que os turistas tinham que respeitar os costumes locais, sobretudo em relação à vestimenta: quando cheguei à ilha, perguntei se podia ir para a praia de short e andar pela ilha de camiseta sem mangas. Ele disse que sim, mas que mulheres não deveriam andar com camisetas sem mangas ou shorts “curtos demais”. Enquanto falávamos, turistas chegavam da praia, um com uma toalha amarrada na cintura, escondendo a sunga, outro de short e sem camisa, ambos mais velhos. Na verdade, a maior concentração de pousadas da ilha se encontra na extremidade próxima à *bikini beach*, logo, a caminhada é pequena e não passa pela área mais central que concentra os comércios e as mesquitas e por onde circulam os moradores que não estão envolvidos diretamente no turismo.

No restaurante, certa noite, Amin afirmou que a vantagem do turismo nas

Maldivas era a tranquilidade: *no parties, no drinking* (sem festas, sem bebidas alcoólicas). Rimos, pois pensei que muitos turistas, principalmente os mais jovens, podiam achar que faltava justamente isso, embora muitos outros pudessem pensar o contrário, que seria melhor estar longe dessas práticas corriqueiras em seus países de origem, justamente para descansar e realmente sair da rotina – como percebi na conversa com um casal de suíços hospedados na mesma pousada. Amin citou o exemplo de Maafushi, para onde se destina grande parte dos jovens visitantes estrangeiros independentes: lá também se prega a fórmula *no parties, no drinking*; mas em frente à ilha há sempre um ou dois barcos ou veleiros ancorados que têm a autorização para a venda de bebidas alcoólicas, servindo de destino noturno para pessoas à procura de diversão “diferenciada” em relação àquela pregada pela política de *no parties, no drinking* – esses barcos são chamados oficialmente de *safari boats*, pois funcionariam também como meios de passeios e/ou hospedagem. Enquanto conversávamos, vimos muitos grupos de maldívios, talvez moradores de Ukulhas, chegando ao restaurante. Em um certo momento, havia mais maldívios do que turistas, geralmente grupos de jovens homens e mulheres (elas, sempre trajando o véu). Amin confirmou que, antes da chegada do turismo independente, não era comum de se ver maldívios em restaurantes, posto que nem os havia na ilha.

Apreendi ainda com Amin e seu irmão que hábitos alimentares novos teriam sido introduzidos paralelamente à ascensão do turismo: há uma preferência por parte dos turistas (e também de alguns países importadores) por uma certa espécie de atum distinta daquela mais pescada no país até a década de 2000; os maldívios consumiam outras espécies de atum e vêm deixando de consumi-las, imitando (ou sendo levados a imitar) os gostos estrangeiros – o que se confirma nos dados obtidos junto aos órgãos governamentais dedicados à organização da pesca no país, com o sensível aumento da produção da espécie *Thunnus albacares* e a sutil diminuição da espécie *Katsuwonus pelamis* (Sinan, 2011; Adam et al., 2014). Mudanças de hábitos são marcadas ainda pelo fato de se alimentarem em restaurantes com características tailandesas ou “internacionais”, como os únicos existentes em Ukulhas. Em outro momento, perguntei às garçonetes tailandesas do restaurante se elas gostavam de morar em Ukulhas e, a mais velha, que já estava ali há quase três anos, respondeu que nem percebia muito a diferença entre morar nas Maldivas ou na Tailândia, pois aproveitava os seus dias de folga para mergulhar e pegar carona nas lanchas que levam os turistas para os passeios para avistar tubarões-baleia (*Rhincodon typus*), arraias-jamanta (*Manta birostris*) e golfinhos (*Stenella longirostris*). Quando perguntadas sobre as relações com os moradores, ambas disseram que têm alguns amigos na ilha, principalmente homens, e que há um respeito mútuo. E ainda, que os moradores estão adorando a culinária tailandesa! O ponto mais positivo para elas é que a cada semana há turistas de nacionalidades diferentes, o que as diverte sobremaneira.



Figura 11
Praça do Porto, Ukulhas.

Na sala que faz as vezes de recepção da pousada de Amin, há algumas dezenas de fotos expostas nas paredes, cuidadosamente enquadradas. Geralmente, retratam crianças, mas também alguns adultos, sobretudo mulheres, moradores de Ukulhas. As fotos parecem representar uma época remota, mas não tão distante. Nas fotos, não se vê nenhuma mulher portando o véu, o que me chamou a atenção. Uma das marcas do islamismo sunita nas Maldivas era a maneira relaxada com que os moradores lidavam com os preceitos religiosos, mesclando-os a crenças locais, feitiçaria, magia e formas religiosas herdadas dos diversos viajantes e invasores. Em sua vasta obra, Romero-Frías mostrou que o islamismo aqui sempre foi complementado com crenças interessantes em espíritos geralmente associados ao mar, donde certos cuidados observados, restrições alimentares ligadas aos frutos do mar, perigos de se usar as águas à noite etc. (Romero-Frías, 1999). Na obra de Geertz sobre a Indonésia e o Marrocos (Geertz, 2004) e de tantos outros antropólogos que pesquisaram em contextos islâmicos sunitas ou escreveram sobre o assunto (Asad, 2009; Bowen, 2012; Marranci, 2008), nota-se algo semelhante, ou seja, a experiência do islamismo de um modo mais particularizado que pouco tem a ver, muitas vezes, com as formas religiosas que o Estado e as elites que o sustentam insistem em impor, associando-se à postura política-administrativa e jurídica que lhes for mais conveniente.

Amin fez questão de falar das fotos, informando que foram tiradas há pouco mais de trinta anos por uma estrangeira. Não soube dizer o nome da fotógrafa, o que levantou a suspeita de que pudesse ter sido uma pesquisadora ou jornalista que por ali passou. Ele me mostrou, através das fotos, as casas, àquela altura feitas de pedras de corais – hoje, de cimento e concreto importados. Eram



Figura 12
Ukulhas.

compostas de dois cômodos, um público (sala) e outro, privado (quarto), sendo a cozinha externa, muitas vezes coletiva. Dormia-se em estrados suspensos por cordas, como redes. Eram construídas por meio de mutirões, incluindo-se mulheres em algumas atividades. Os homens eram praticamente todos pescadores e as mulheres se ocupavam das casas e dos filhos. Os homens também fabricavam os instrumentos de pesca e os barcos, as mulheres às vezes os ajudavam. Festas eram organizadas periodicamente, ao som de músicas tiradas de instrumentos que lembram tanto aqueles da Índia, como os da Península Arábica ou do Sudeste Asiático (e também do Norte da África). Homens e mulheres se divertiam nessas festas, embora separadamente.

Perguntei a Amin porque é que nas fotos as mulheres não portavam o véu e, hoje em dia em Ukulhas, todas o usam – exceto as tailandesas do restaurante e as turistas. Ele me disse que *changes happened* (“mudanças aconteceram”). Perguntei se tinha a ver com a política e o governo. Percebi um certo constrangimento, o mesmo que percebi quando, na véspera, eu tinha perguntado sobre a relação dos moradores com os turistas. Ele só disse que, com a inserção do país no mundo global das informações, com as novas tecnologias e com a internet, as pessoas mudaram. Acrescentou que o aumento do número de visitantes estrangeiros contribuiu para essas mudanças. Perguntei se teria a ver com mudanças na religiosidade e o avanço do conservadorismo de base islâmica. Percebi mais uma vez o constrangimento e obtive uma resposta afirmativa, embora evasiva. Interrompemos o assunto. Ou seja, para ele, como notado por estudiosos do assunto (Orłowska, 2015), parece que o uso do véu é uma resposta ao incremento das relações com os “outros” (estrangeiros): as mulheres precisam usar o véu diante de desconhecidos. Mas, essa necessidade se dá aparentemente

em função de exigências de lideranças religiosas de fora – que também são “outros”, sempre homens – que chegaram junto com esses/as “outros” estrangeiros – o clérigo saudita que ajuda na implementação e no reforço, nas ilhas, do seu modo de encarar o islamismo compõe um desses “outros” estrangeiros (Fulu, 2009; Marcus, 2012). O constrangimento ao falar do assunto se compreende pelo fato de que, naquele momento, o país passava por uma nova onda de conservadorismo, após a destituição de Nasheed, a volta ao poder dos grupos apoiados por e apoiadores de Gayoom e o incremento da influência da Arábia Saudita até nas mais remotas ilhas (Naseem, 2012; Ramachandran, 2016). Entende-se, assim, por nova onda de conservadorismo a negação da experiência do islamismo de um modo mais particularizado nas ilhas por parte do Estado central e das elites no poder esteados pela monarquia saudita.

Certo dia, conheci a esposa de Amin, que trajava o véu. Ela me perguntou o que eu fazia no Brasil. Eu lhe disse, de forma simplificada, que era professor de antropologia e que estudava as relações entre homens e mulheres, a diversidade de formas de ser homem e mulher, os binarismos e o dimorfismo sexual etc. Ela achou interessante e perguntou se isso servia para melhorar as relações entre homens e mulheres e eu disse que sim, que isso poderia contribuir para que as relações entre as pessoas fossem menos agressivas. Perguntei se havia violência entre marido e mulher em Ukulhas, ao que ela respondeu categoricamente que não. Amin, que estava ao lado, sorriu e confirmou o que sua esposa havia dito, mas ponderou que havia casos em Male’ (tema dos estudos de Fulu (2009), por exemplo).

Maldivas é o país com o maior índice de divórcios do mundo, onde a prática é juridicamente bastante facilitada e ampla e culturalmente aceita. Talvez isso explique, em parte, o eventual porquê dos índices de violência doméstica serem relativamente reduzidos. Amin e sua esposa (ambos já se divorciaram de outros parceiros) disseram que o lugar da mulher na sociedade maldívica, no passado, sempre foi de prestígio: quatro mulheres já foram sultanas; a herança dos bens se dava tanto pela linhagem dos homens, como pela das mulheres; o véu era pouco usado; as mulheres não recebiam o sobrenome dos maridos após o casamento etc. – tudo confirmado pelos estudiosos do assunto, como Fulu (2009) e Marcus (2012). Contrariamente a outros países islâmicos, a poliginia permitida pela religião não é comum nas Maldivas em razão dos custos para se manter uma família extensa. A prática sexual antes do casamento é, como em outros países islâmicos, rejeitada, o que faz com que os casamentos aconteçam entre os 15 e 20 anos de idade. O casamento, ainda contrariamente a outros países islâmicos, não é um rito de passagem muito festejado nas Maldivas, geralmente marcado somente pela assinatura de um documento diante de um juiz ou representante legal; os casamentos seguintes nem sequer são festejados, segundo Marcus (2012). Os primeiros casamentos duram em média somente

alguns poucos meses, o que é reforçado pela facilidade do divórcio: basta que um homem pronuncie, diante de qualquer testemunha, que está se divorciando de sua esposa para que o divórcio seja reconhecido legalmente, embora novas leis tenham tentado frear o número de divórcios e, principalmente, resguardar os direitos das mulheres, sobretudo durante o governo de Nasheed.

Segundo Marcus, o ciclo funcionava da seguinte maneira: os homens se divorciavam de mulheres que não trabalhavam e logo se casavam com uma outra mulher, também desempregada; a primeira mulher voltava para a casa dos seus pais, o que implicava em custos suplementares para a família; a mulher divorciada não podia ficar solteira por muito tempo, principalmente se tivesse filhos, pois isso era mal visto; assim, acabava se casando novamente num curto espaço de tempo; o casamento era desfeito mais uma vez, geralmente por iniciativa do homem, às vezes somente em razão de a mulher ter discordado do marido sobre algum assunto; os filhos sempre ficavam com as mães e raramente viam os pais; a mulher se casava mais uma vez para evitar ficar solteira (Marcus, 2012). Ora, o que se nota aí é precisamente essa maneira particular de vivenciar o islamismo que insiste em resistir e, assim, cria mecanismos de interação com outras realidades globais. Parece mesmo se tratar de uma maneira de resistência cotidiana e criativa (Scott, 1990), por parte da população das ilhas, à interpretação do islamismo de base sunita saudita que tenta se impor pelo Estado e pelas elites no poder.

Segundo relatórios da Organização das Nações Unidas, a taxa de divórcios nas Maldivas é de 11 por 1.000 habitantes, enquanto nos Estados Unidos, a taxa mal chega a quatro. Esse mesmo relatório mostra ainda que, aos 30 anos de idade, uma mulher maldívica já havia se divorciado em média quatro vezes²⁹. Há quem afirme que a tentativa de controlar o número de divórcios tenha a ver com o turismo: muitos casais estrangeiros queriam se casar em alguma ilha paradisíaca, mas eram impedidos pela legislação maldívica; mesmo assim, esses casais desejavam se casar nas ilhas, ainda que tivessem que oficializar depois a união em seus países de origem; mas, quando descobriam os altos índices de divórcio, parte desses casais, por questões simbólicas atinentes a superstições, ficavam receosos de se casar ali; o governo teria resolvido, então, promover a estabilidade do casamento e dificultar os divórcios para, assim, se beneficiar dos recursos que os casamentos de estrangeiros poderiam vir a gerar, acrescentando-se aos já bem gordos lucros do turismo, embora a legislação ainda não permita o casamento de estrangeiros (Marcus, 2012)³⁰.

Nos últimos anos, o número de divórcios tem aumentado e o de casamentos, diminuído. De acordo com o *National Bureau of Statistics*, a partir de dados do *Department of Judicial Administration*³¹, foram registrado 5.763 casamentos e 3.358 divórcios em 2015, ao passo que em 2016, o primeiro número caiu para 5.488 e o segundo subiu para 3.417, representando uma queda de 5% para o primeiro

29 Ver, a esse respeito, a reportagem baseada na obra de Marcus (2012) e nos relatórios da Organização das Nações Unidas em <<https://www.ozy.com/acumen/the-paradise-where-everyones-divorced/62937>> e também em <<https://www.quora.com/Why-does-Maldives-have-the-highest-divorce-rate-even-though-its-a-highly-conservative-Muslim-country-Why-is-it-such-an-anomaly-compared-to-other-Muslim-countries>>. Acesso em: 20/12/2018.

30 Ver, a esse respeito, a reportagem em <<https://trvl.com/maldives/maldives>>. Acesso em: 20/12/2018. Como exemplo do funcionamento dos serviços de casamento para estrangeiros, ver em <<https://www.tropicalsky.co.uk/weddings/indian-ocean/maldives>> ou <<https://www.themaldivexperts.com/1806/maldives-wedding-what-you-need-to-know/>>. Acesso em: 20/12/2018.

31 Ver a reportagem sobre os dados em <<https://maldivestimes.com/maldives-marriages-dip-divorces-up-2/>>. Acesso em: 20/12/2018.

e um aumento de 2% para o segundo. Uma informação bastante significativa, diretamente ligada ao turismo independente e a seus impactos, é a de que o número de casamentos entre maldívios e estrangeiros vem crescendo sensivelmente, sobretudo entre homens maldívios (empregados no turismo) e mulheres estrangeiras (turistas ou também empregadas no turismo) – entende-se assim o porquê de as empregadas tailandesas do restaurante relatarem que têm relações de amizade mais fortes com os homens de Ukulhas. Enfim, os dados mostram ainda que o número de casamentos pode estar diminuindo, em geral, em razão da maior inserção das mulheres no mercado de trabalho na última década. Tudo isso confirma o que Amin chamou de *changes [that] happened* (mudanças [que] aconteceram), mudanças que têm a ver de fato, por um lado, com os novos tipos de relações sociais tecidas num mundo conectado pela internet, mas também, por outro, com as respostas religiosas dadas (sob a forma do avanço do conservadorismo incentivado pelo Estado) a esses novos tipos de relações.



Velidhu

Velidhu Island Resort é o nome do hotel de luxo de propriedade europeia que ocupa uma pequena ilha inteira, cercada por uma barreira de corais oval, situada a quinze minutos de lancha a oeste de Ukulhas – uma das 109 ilhas-*resort* das Maldivas. Com cerca de 400 metros de comprimento de leste a oeste e 300 metros de largura de norte a sul, a ilha tem mais ou menos a metade da superfície de Ukulhas para uma população de apenas 200 empregados e no máximo 200 hóspedes, segundo informações de Jacques, o simpático *manager* septuagenário que recebe pessoalmente cada hóspede, trajando bermudas, camisa de mangas curtas e descalço, com um sorriso no rosto e uma taça de champanhe na mão, sobre o píer onde aportam as lanchas ou no outro píer onde pousam os hidroaviões vindos diretamente do aeroporto internacional.

Figura 10

Velidhu Island Resort (nota-se, à direita da zona arborizada, a área de *water bungalows*).

A hospedagem se dá em bangalôs (*bungalows*) de dois tipos: 80 deles, os *beach bungalows*, estão situados na ilha e têm acesso frontal direto às areias brancas da praia que rodeia toda a extensão da ilha e acesso traseiro ao jardim tropical cuidadosamente tratado que domina todo o centro do empreendimento; outros 10, chamados de *water bungalows*, estão suspensos sobre o mar cristalino, dispostos lado a lado de um píer que lhes dá acesso. Cada bangalô tem fachada de madeira, superfície de entre 80 e 100 metros quadrados e contém saleta, banheira de hidromassagem, varandas enormes e parte do piso de vidro para se apreciar a passagem de arraias e pequenos tubarões sem sair do ambiente refrigerado. O centro da ilha é ocupado por estruturas administrativas e de uso dos/as empregados/as (os alojamentos e a mesquita obrigatória em todas as ilhas-*resort*), jardins, horta hidropônica, geradores de energia elétrica e máquinas de dessalinização da água do mar, enquanto a parte oeste, nas proximidades do píer das lanchas, contém todas as estruturas comuns de uso dos hóspedes, tais como a recepção, o restaurante e a cozinha principais onde são feitas as refeições (café da manhã, almoço e jantar estão incluídos nas diárias), o bar, o restaurante alternativo noturno (*barbecue*), a sala de televisão, a sala de internet, a biblioteca e revistaria, a loja de *souvenirs* e a joalheria. Um pouco afastados dali estão o centro de estética e massagens (*spa*), o campo de futebol, o pequeno posto de atendimento médico e a agência de esportes aquáticos, onde se disponibilizam gratuitamente equipamentos de flutuação no mar (*snorkel*) e onde se pode contratar os serviços extras de passeios para mergulho com cilindros (*scuba diving*) ou outras atividades aquáticas, as mesmas disponíveis nas ilhas dedicadas ao turismo independente.

Em conversas ao longo da minha curta estadia³², descobri que, dos quase 200 empregados do *resort*, a maioria é originária de Bangladesh, geralmente aqueles (homens) que trabalham na limpeza dos bangalôs e das áreas comuns e na jardinagem; uma outra grande parcela é oriunda das Filipinas, geralmente aquelas (parcela razoavelmente feminina) que trabalham no atendimento ao público nos restaurantes e no bar; e, enfim, os pouquíssimos maldívios (talvez uns cinco sujeitos, todos homens) se ocupam dos equipamentos de esportes aquáticos e da condução das lanchas para passeios para mergulhar e para avistar a fauna marinha (contratados em razão de seus conhecimentos ancestrais sobre o mar local). A empresa de mergulho que presta serviços no *resort*, *Euro Divers*, tem empregados de diversas nacionalidades europeias, principalmente homens. Quanto aos hóspedes, Jacques disse que, naquele momento, eram principalmente russos e alemães. Nos *resorts* das Maldivas, de acordo com o recenseamento da população de 2014, viviam 28.367 pessoas, 92% das quais, homens. Ainda de acordo com esses dados, pouco mais de 59% eram estrangeiros, quase todos, homens. O número de residentes maldívios nos *resorts* cresceu

32 Em razão dos preços elevados das diárias, só foi possível passar duas noites no *resort*, tempo durante o qual tentei conversar com o maior número de pessoas, principalmente os empregados.



Figura 14
Vista do deck do bar,
Velidhu Island Resort.

significativamente entre os recenseamentos de 2006 e 2014, o que pode demonstrar mais um efeito da abertura proporcionada pelo governo de Nasheed no início da década de 2010. Dentre as pouquíssimas mulheres residentes em *resorts*, menos de 15% eram maldívias. Esse número era praticamente nulo antes da abertura política do governo progressista (National Bureau of Statistics, 2014).³³



Figura 15
Bangalôs, Velidhu
Island Resort.

A comida servida nas refeições não refletia a diversidade de nacionalidades da ilha-*resort*, mas sim uma suposta “universalidade” ou “cosmopolitismo” voluntariamente construído: uma enorme bancada em *self-service* apresentava pratos “internacionais”, inclusive à base de carne de porco, e no fundo do salão, uma pequena bancada apresentava alguns poucos pratos da península indiana, como para lembrar algo mais local, além de uma outra pequena bancada com um único prato especialmente dedicado a um país qualquer que se estava homenageando a cada jantar (por exemplo, um espaguete *alla carbonara* ao lado de uma pequena bandeira da Itália). A ideia de “universalidade” ou “cosmopolitismo” também me veio à mente quando me dei conta de que não há nada em toda a ilha que reflita minimamente qualquer lembrança de que estamos nas Maldivas, nenhuma escultura, pintura ou obra de arte com representação maldívia, nenhum barco *dhoni*, nenhuma placa ou letreiro escritos em dhivehi, nenhum canal de televisão do país dentre os muitos disponíveis, nenhuma música local

33 Ver a nota de rodapé 9. Os recenseamentos anteriores ao de 2014 não levavam em consideração o número de estrangeiros vivendo no país, somente quando casados com maldívios. Assim, o governo não divulgava para a população o número de estrangeiros, reforçando a ideia de que os resorts eram locais secretos, cujas atividades não deveriam ser do conhecimento da população, já que algumas delas eram contrárias às leis islâmicas predominantes no aparato jurídico nacional (tais como a ingestão de bebidas alcoólicas e o consumo de carne de porco, além do uso de roupas de banho).

no bar... nenhuma marca étnica local, nem nacional³⁴.

Dos jovens empregados maldívios, ouvi que os salários são muito melhores nas ilhas-*resort*, embora as questões legais trabalhistas apresentem detalhes considerados negativos – alguns textos me auxiliaram a entender do que se tratava, como Yahya et al. (2005), King (1997) e Salih (2003), já que a legislação que se aplica aos *resorts* é diferente daquela praticada no resto do país. Eles fizeram questão de ressaltar que, nas ilhas-*resort*, há mais liberdade para se expressar e ser o que se quer ser (*free to be whatever you want*) do que em Male', por exemplo, principalmente em razão dos contatos que têm com os turistas, alguns se tornando amigos nas redes sociais mundiais. Taskin, um bengalês empregado na limpeza dos bangalôs, afirmou que, contrariamente aos rapazes maldívios, não interage com os hóspedes, vai à mesquita em seus momentos de folga e envia dinheiro para a família regularmente, assim como outros dois primos que trabalham no Velidhu; não conhece outras ilhas e nem parece ter interesse em conhecê-las. Já Nicole e Angela, atendentes filipinas do bar, me lembraram as moças tailandesas do restaurante de Ukulhas: gostam de conversar com os hóspedes, aproveitam os momentos de folga para nadar e se sentem privilegiadas por poderem trabalhar num ambiente como o do Velidhu, embora reclamem dos hóspedes que não deixam gorjetas e até mesmo dos salários considerados baixos.

Quando perguntados sobre o porquê da pequena quantidade de maldívios trabalhando lá, as respostas tiveram a ver com as restrições religiosas islâmicas em vigor que afastariam os nativos – principalmente as nativas – desse tipo de trabalho. Em sua tese de doutorado, Shakeela (2009) aborda a importância da participação da mão-de-obra local na indústria do turismo para a geração de práticas de sustentabilidade econômica e ambiental. Afinal, pergunta-se se a ilha-*resort* ajuda a gerar desenvolvimento para o país, tema tratado por Ghina (2003), Rasheed (2013) e Scheyvens (2011), já que boa parte dos recursos garantidos pelo turismo não fica no país. Os rapazes maldívios, Taskin, Nicole e Angela pareceram se esquivar da pergunta, alegando timidamente que os *resorts* estão nas Maldivas, mas é como se fosse um outro mundo. O *manager* europeu Jacques e o recepcionista indiano Kumar, por sua vez, confirmam que os impostos pagos financiam obras de melhorias nas ilhas habitadas (como a construção de diques para a contenção das marés altas, usinas de dessalinização das águas do mar, antenas de comunicação etc.) e citam com veemência o fato de que alguns *resorts*, como o Velidhu, têm contribuído para a preservação ambiental (conservação dos corais, limpeza das águas do mar, reflorestação com espécies nativas, etc.), o que não aconteceria se não existissem os *resorts*. A dissertação de mestrado de Sleeper (2011) tratou, entre outros temas, precisamente da gestão territorial e marinha por parte dos *resorts*, assim como as pesquisas de Domroes (2001).

Num dos passeios que fiz quando ainda estava em Ukulhas para avistar ar-

34 Aqui parece não haver espaço para a encenação da cultura maldívica que geraria commodificação do patrimônio local, pois a cultura e o patrimônio nem mesmo são representados. Mas, em Ukulhas e em outras ilhas dedicadas ao turismo independente, poderia estar acontecendo, ainda que timidamente, a luta simbólica pela legitimação da autenticidade da identidade maldívica a ser apresentada aos visitantes estrangeiros, como bem alertaram Melotti (2013) e Moosa (2016), embora ainda não seja nada parecido à "identidade-para-o-mercado" de que trata Machado (2004), como já dissemos acima.

raias-jamanta (*Manta birostris*), enquanto o grupo no qual eu estava (composto por cinco turistas alemães e suíços e por mim e meu companheiro, brasileiros) observava esses enormes e misteriosos animais em silêncio, flutuando somente com máscaras de mergulho sobre suas performances no fundo no mar, chegou uma lancha ruidosa com um grupo de dez turistas paramentados com equipamentos de mergulho (cilindros de ar comprimido, roupas de neoprene, lastros, reguladores etc.) e, sem nenhum cuidado, se lançou ao mar, indo ao encontro das doze arraiais que lá se encontravam. Esse grupo atrapalhou a visão que o nosso tinha, obrigando-nos a deixar o local, além de espantar as arraiais de seu local de alimentação. O grupo de turistas intempestivos vinha justamente do Velidhu e os seus guias se aproveitaram dos conhecimentos do condutor de nosso barco sobre o local de alimentação das arraiais e soltaram os clientes ali sem nenhuma aparente preocupação com a sustentabilidade.

PERSPECTIVAS: NAÇÃO E CONTRASTES

Se Ukulhas e as ilhas dedicadas ao turismo independente são territórios de *no drinking, no parties*, nos dizeres de Amin, meu anfitrião naquela ilha, supor-se-ia que as ilhas-*resort*, como Velidhu, sejam os locais para se beber e festejar. Com efeito, Velidhu é o destino visado por casais em lua-de-mel ou até mesmo aqueles que querem realizar o casamento (ainda que sem receber certidões oficiais), por famílias à procura de local de descanso (para os pais) e atividades (para os filhos) e, enfim, por grupos de casais de meia-idade que gostam de se encontrar fora da rotina de seus países de origem... e um antropólogo e turista, como eu. Para todos, o pano de fundo é um ambiente exótico (mas, nem tanto) de natureza intocada (mesmo que retocada) e seguro (pois controlado). À noite, os hóspedes se encontram para o jantar no restaurante principal e, em seguida, aqueles que não têm filhos vão para o bar, situado sob as estrelas num deck sobre a praia, para ingerir bebida alcoólica, ouvir música eletrônica ocidental, assistir a algum vídeo da *Euro Divers* mostrando as belezas dos fundos marinhos locais e interagir com outros hóspedes. Mas, bebe-se com prudência e se festeja com moderação num ambiente exótico, natural e seguro, inteiramente cordato, circunspeto e atinado.

O modo de desenvolvimento turístico representado pela ilha-*resort* parece permitir que os hóspedes preservem os seus modos de vida num quadro paradisíaco ao mesmo tempo em que se contém a hipotética contaminação cultural da identidade maldívia por esses modos de vida, mantendo os nativos à distância, como preconizado pelos presidentes Gayoom e Yameen. A ilha-*resort* poderia ser considerada uma construção social, política e territorial que contribui para a invenção e a manutenção do imaginário exótico vendido pelas agências de via-

gem pelo mundo afora, um enclave milimetricamente ordenado para oferecer um quadro paisagístico exótico, um espaço de liminaridade para além da realidade cotidiana estrutural de seus hóspedes, ao mesmo tempo em que cria estratégias para evitar que hóspedes e maldívios interajam, como notaram Orłowska (2015), Salih (2003), Sleeper (2011) ou Yahya et al. (2005). Turistas das ilhas-*resort* não seriam, logo, “visitantes”, mas “hóspedes”, a meu ver, posto que não *visitam* as ilhas, e sim, *se hospedam* em *resorts* que apresentam as mesmas facilidades e atividades nas Maldivas que no Taiti, em Bali ou em Aruba; e sobretudo deixariam que seus euros e dólares enchessem os cofres públicos e incrementassem o produto interno bruto do país sem interferir nos modos de vida locais (e promovessem a subserviência do povo, segundo os desejos dos governantes mais conservadores) – ainda que essa riqueza não seja compartilhada com equidade pelos gestores dos cofres públicos com o restante dos nativos.

Nas ilhas dedicadas ao turismo independente, os hóspedes parecem se tornar visitantes ao procurarem de fato as mesmas atividades disponibilizadas nas ilhas-*resorts* (passeios de mergulho, praias, jantares românticos etc.) com custos menos elevados, e ainda, “por tabela”, ganham até a possibilidade de interagir com os nativos e a sua cultura. Mas, no fundo, o foco da visita são as atividades mais do que as pessoas, como sugerem sutilmente as conversas citadas acima. Parece que se está distante, nesse caso, daquela ideia avançada por Grünewald (2001) de acordo com a qual a experiência turística seria caracterizada pela promoção do “outro”, pois o turismo independente, ainda em seus primórdios nas Maldivas, não está marcado todavia pela procura do “outro exótico”, e sim de certas atividades em um “ambiente exótico” a preços abordáveis (com a ajuda desse “outro” que detém os saberes sobre o local). MacCannell (1992) analisou situações em que as culturas locais são exotizadas, construídas voluntariamente como etnicidades *a serviço do* turismo e os sujeitos, tornados nativos *para* os turistas. Em Velidhu, observa-se o contrário, ou seja, a neutralização de todo e qualquer processo étnico ou de “invenção” de culturas nativas para os turistas (como, por exemplo, através da total ausência ali de referências às Maldivas). Em Ukulhas, por sua vez, os processos étnicos, de outra maneira, não parecem participar plenamente da experiência turística *ainda*, embora uma certa ideia de cultura nativa para fins de consumo turístico esteja timidamente em construção (como se observa habilmente, por exemplo, nas fotos expostas na recepção da pousada de Amin).

Wolf (2003: 295), em outro contexto totalmente distinto, propôs que “[A] questão não é se os indígenas norte-americanos produziram materiais culturais distintos próprios, mas se fizeram isso sob a pressão das circunstâncias, as imposições de novas demandas e mercados e as consequências de novas configurações políticas.” Nas Maldivas, parece que as circunstâncias, as de-

mandas e mercados e as configurações políticas atuaram, por força do Estado em formação após a independência e das elites que o sustentavam, para a geração de materiais culturais distintos próprios habilitados para formar a ideologia de *nation-building*³⁵. Essa ideologia parece ter sido desenhada a partir de uma aparente contradição (ou de um contraste nítido) – aos olhos ocidentais – segundo a (ou o) qual os recursos do turismo internacional dos *resorts* seriam bem-vindos para financiar um modo de vida islâmico sunita (saudita) conservador nas ilhas, contanto que não houvesse contato entre o universo territorial do turismo e o espaço da vida cotidiana maldívia. A contradição (ou contraste) aparente é representada(o) pelo uso que o Estado faz de seu monopólio de legitimação das divisões sociais e, inclusive, da produção de contradições legítimas e naturalidades inquestionáveis, como proposto por Bourdieu (1980). A contradição não está simplesmente no fato de que se trata de um país islâmico submetido à xariá que desenvolve um tipo de turismo aparentemente contrário ao islamismo. Mas sim, no fato de que aqueles que submetem o país às leis islâmicas mais conservadoras o fazem ao negar as realidades históricas, sobretudo pré-islâmicas ou sincréticas, e promover um apagamento ou uma higienização do passado, ao mesmo tempo em que assentam o discurso e as práticas do apagamento e da higienização sobre a ideia de que os recursos do turismo serão distribuídos para o conjunto de cidadãos e para a melhoria das condições de vida. O que se observa de fato é que os ganhos da indústria do turismo que ficam no país servem para financiar, em parte, o modo de vida mais liberal das elites no poder que vivem na capital, Male’.

Durante os governos de Gayoom e de Yameen, o conservadorismo islâmico teria sido usado para pautar o projeto de construção da identidade nacional e, assim, tornar parte da população subserviente ao Estado, porque subserviente às leis religiosas, naturalizando espiritualmente a submissão política da população. Não se trata de produzir etnicidade para o turismo, como observou MacCannell (1992) em outro contexto, mas de criar mecanismos para que o étnico e o religioso sejam confundidos com o nacional e enquadrados no polo oposto ao turismo, ou seja, como polo a ser protegido do pecado e do mal exemplo representados pelos turistas. O desaparecimento das estantes das bibliotecas e livrarias (ou o banimento) das obras de antropólogos e arqueólogos que majoravam a importância do passado pré-islâmico entende-se como uma estratégia usada nesse processo de homogeneização da identidade nacional em torno da supervalorização da islamização tal qual entendida e imposta pelo Estado e as elites no poder (NIAS, 2014) – e logo, uma estratégia de “desetnicização”.

Já com Nasheed, uma outra perspectiva se inaugura paulatinamente com o intuito de abrir literalmente o país, inserindo-o na nova dinâmica das relações internacionais do século XXI baseadas nas tecnologias da informação, na

35 Ver a respeito dos processos de elaboração de identidades nacionais como formações ideológicas Peirano (1992).

expansão do capital financeiro, na mundialização da economia e na dialética da globalização e da realocação das referências culturais. O impacto dessa abertura sobre a construção da identidade nacional é evidente, quando se associa esse fato à permissão do turismo independente, com a entrada de turistas que travarão contato com a população, trocarão ideias e, assim, intercambiarão culturas e criarão “culturas” (Carneiro da Cunha, 2009) – e o potencial dessas trocas para o cultivo de uma identidade nacional mais inclusiva, dialógica e diversificada. Enfim, com Nasheed, uma outra expectativa nacional parece instaurar-se, realçando não unicamente o passado islâmico das Maldivas, mas principalmente a capacidade de absorção das diferenças e de apreciação da diversidade representadas pelo fato de o arquipélago ter sempre sido historicamente um lugar de confluência de navegantes com suas mercadorias e culturas da Europa, do Oriente Médio, do Sul da Ásia, da Indonésia, da África, das Américas, enfim, do mundo todo. Daí, a estima de Nasheed pelas obras dos antropólogos e arqueólogos que reivindicaram a importância do passado pré-islâmico ou dos modos de vida anteriores à onda de conservadorismo imposta durante o governo de Gayoom.

As Maldivas voltariam (ou passariam) a ser, com o governo progressista (e o turismo independente por ele promovido), uma nação aberta que se vê no mundo *do ponto de vista* do mar, e não da terra para o mar (como foi imposto pelas cosmologias colonizadoras eurocêntricas e arabocêntricas), um país-*carrefour* ou encruzilhada catalizador de culturas, um lugar voltado *do mar para* o mundo (e não um lugar voltado para o mar), uma nação onde as águas são a cultura (e não a natureza), como sugere Helmreich (2011). Essa seria a encenação do “Tempo do Antropoceno”, que não separaria a natureza da humanidade, como proposto por Latour (2014). Não foi à toa que, em outubro de 2009, o presidente Nasheed, para chamar a atenção da imprensa internacional e fazer pressão junto aos países que mais contribuem para a emissão de gases de efeito estufa no planeta, fez uma reunião com os ministros de Estado, todos submersos nas águas esverdeadas cristalinas com trajes de neoprene e cilindros de oxigênio...

Talvez Nasheed estivesse representando, desse modo, o que viria a ser a sugestão de Helmreich (2011), segundo a qual a “oceanização” seria o contraponto à (ou o complemento positivo da) globalização, do ponto de vista dos países-ilhas. A oceanização cultural (e o turismo independente) contribuiria para reforçar a imagem de uma nação aberta aos contatos, às trocas de ideias e aos intercâmbios culturais tradicionalmente marcantes da identidade maldívia, contra a imagem de uma nação submissa à globalização econômica marcada pelos enclaves de *resorts*, mas fechada culturalmente sobre si mesma. Ou seja, usando a bela metáfora de Simmel (1996 [1909]), entre a imagem da “ponte” (da oceanização?) que representa a associação e a da “porta” (da

globalização?) que representa a dissociação: o novo mandato presidencial iniciado em novembro de 2018 terá por missão a de negociar a escolha entre a “ponte” e a “porta” ou a conciliação das duas propostas... ou a invenção de uma perspectiva alternativa.

Fabiano Gontijo é Doutor em Antropologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, França, Professor de Antropologia do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA: não se aplica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDUL-RAHMAN, Muhammad Saed
2007 *Islam, Questions and Answers: Jurisprudence and Islamic Rulings – Transactions, Part 5*. Londres, MSA Publications Ltd..
- ADAM, Shiham, SINAN, Hussain J. R., ALI, Khadeeja, ZIYAD, Adam, SHIFAZ, Ahmed e AHUSAN, Mohamed
2014 *Maldives National Report Submitted to the Indian Ocean Tuna Commission Scientific Committee – 2014*. Male', Ministry of Fisheries and Agriculture.
- AMIR, Hassan
2011 *Islamism and Radicalism in the Maldives*. Monterrey, Dissertação de Mestrado, Naval Postgraduate School.
- ANTROSIO, Jason e HAN, Sallie
2015 “Hello Anthropocene: Climate Change and Anthropology”. *Open Anthropology – A Public Journal of the American Anthropological Association*, v. 3, n. 1: 1-11.

AQUINO, Jania Perla Diógenes de.

2015 “Turistas Estrangeiros e Mulheres Locais: ‘mercado do sexo’ e romance nas noites da Praia de Iracema em Fortaleza”. *Revista de Antropologia*, v. 58, n. 2: 208-234.

ASAD, Talal

2009 “The Idea of an Anthropology of Islam”. *Qui Parle*, v. 17, n. 2:1-30.

BAER, Hans

2012 *Global Capitalism and Climate Change: The Need for an Alternative World System*. Lanham / Nova York, Altamira Press.

BAER, Hans e SINGER, Merrill

2014 *The Anthropology of Climate Change: an Integrated Critical Perspective*. Abingdon / Nova York, Routledge.

BARNETT, Jon e ADGER, Neil W.

2003 “Climate Dangers and Atoll Countries”. *Climatic Change*, v. 61, n. 3: 321-337.

BARTH, Fredrik

2000 “A Análise da Cultura das Sociedades Complexas”. In: *O Guru, O Iniciador e Outras Variações Antropológicas*. Rio de Janeiro, Contra Capa, pp. 108-138.

BELL, Harry C. P.

1940 *The Maldiv Islands: Monograph on the History, Archaeology and Epigraphy*. Colombo, Ceylon Government Press.

BELL, Heather M.

1992 “H. C. P. Bell in Sri Lanka and the Maldives”. *South Asian Studies*, v. 8: 105-108.

BLÁZQUEZ, Gustavo

2012 “Celebraciones escolares y poéticas patrióticas: la dimensión performativa del Estado-Nación”. *Revista de Antropologia*, v. 55, n. 2:703-746.

BOURDIEU, Pierre

1980 “L’Identité et la Représentation: éléments pour une réflexion critique sur l’idée de région”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 35, n. 1: 63-72.

BOWEN, John R.

2012 *A New Anthropology of Islam*. Cambridge, Cambridge University Press.

BURESI, Pascal

2007 “Histoire de l’Islam”. *La Documentation Française*, Dossiê nº 8058, julho-agosto:2-66.

CARLSEN, Jack C. e HUGHES, Michael

2008 “Tourism Market Recovery in the Maldives after the 2004 Indian Ocean Tsunami”. *Journal of Travel & Tourism Marketing*, v. 23, n. 2-4:139-149.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela

2009 *Cultura com Aspas*. São Paulo, Cosac Naify.

COLTON, Elizabeth O.

1995 *The Elite of the Maldives: Sociopolitical Organisation and Change*. Londres, Dissertação de Mestrado, London School of Economics and Political Science.

DE LAURETIS, Teresa

1994 “A Tecnologia de Gênero”. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*, Rio de Janeiro, Rocco, pp. 206-241.

DOMROES, Manfred

2001 “Conceptualising State-Controlled *Resort Islands* for an Environment-Friendly Development of Tourism: the Maldivian experience”. *Singapore Journal of Tropical Geography*, v. 22, n. 2: 122-137.

DOVE, Michael R. (org.)

2014 *The Anthropology of Climate Change: an Historical Reader*. Malden / Oxford, Wiley Blackwell.

FERREIRA, Francirosy Campos Barbosa

2007 “O Sacrifício do Carneiro Islâmico como Objeto Transicional – Notas Antropológicas”. *Revista de Antropologia*, v. 50, n. 2: 747-783.

FORBES, Andrew D. W.

1987 “The Pre-Islamic Archaeology of the Maldivian Islands”. *Persée*, v. 76: 281-288.

FRITZ, Sonja

2002 *The Divehi Language: a Descriptive and Historical Grammar of Maldivian and its Dialects*. Würzburg / Heidelberg, Ergon Verlag / Südasien-Institut.

FULU, Emma M.

2009 *Intimate Partner Violence in the Maldives: Globalisation and the Negotiation of Gender and Islam*. Melbourne, Tese de Doutorado, School of Philosophy, Anthropology and Social Inquiry, University of Melbourne.

GEERTZ, Clifford

1973 "Person, Time, and Conduct in Bali". In: *The Interpretation of Cultures*. Nova York, Basic Books, pp. 360-411.

GEERTZ, Clifford

2004 *Observando o Islã: o desenvolvimento religioso no Marrocos e na Indonésia*. Rio de Janeiro: Zahar.

GHINA, Fathimath

2003 "Sustainable Development in Small Island Developing States: the Case of the Maldives". *Environment, Development and Sustainability*, v. 5, n. 1-2: 139-165.

GNANADESIKAN, Amalia E.

2014 *Dhivehi: the Language of the Maldives*. Berlim, De Gruyter Mouton.

GRÜNEWALD, Rodrigo de A.

2001 *Os índios do descobrimento: tradição e turismo*. Rio de Janeiro, Contra Capa.

HELMREICH, Stefan

2011 "Nature/Culture/Seawater". *American Anthropologist*, v. 113, n. 1: 132-144.

HEYERDAHL, Thor

1986 *The Maldivian Mystery*. Chevy Chase, Adler & Adler.

HOFMEISTER, Wilhelm (org.)

2015 *Panorama: Insights into Asian and European Affairs – From the Desert to World Cities, the New Terrorism*. Cingapura, Konrad-Adenauer-Stiftung.

HUSSAIN, Dheena

2008 *Functional Translation of the Constitution of the Republic of Maldives*. A pedido do Ministry of Legal Reform, Information and Arts, 2008. Disponível em <<http://www.majlis.gov.mv/en/wp-content/uploads/Constitution-english.pdf>>. Acesso em: 08/07/2018.

KING, Brian E. M.

1997 *Creating Island Resorts*. Londres / Nova York, Routledge.

KOECHLIN Bernard

1979 “Notes sur l’Histoire et le Navire Long-Courier, Odi, Aujourd’hui Disparu des Maldives”. *Persée*, v. 18: 283-300.

KUNDUR, Suresh K.

2012 Development of Tourism in Maldives. *International Journal of Scientific and Research Publications*, v. 2, n. 4: 1-5.

LATOUR, Bruno

2014 “Para distinguir amigos e inimigos no tempo do antropoceno”. *Revista de Antropologia*, v. 57, n. 1: 11-31.

MacCANNELL, Dean

1992 *Empty Meeting Grounds*. Londres, Routledge, 1992.

MACHADO, Igor José de Renó

2004 “Estado-Nação, Identidade-Para-o-Mercado e Representações de Nação”. *Revista de Antropologia*, v. 47, n. 1: 207-234.

MALONEY, Clarence

1976 “The Maldives: New Stresses in an Old Nation”. *Asian Survey*, v. 16, n. 7: 654-671.

MALONEY, Clarence

1980 *People of the Maldive Islands*. Madras, Orient Longman.

MALONEY, Clarence e MUNCH-PETERSEN, Nils Finn

1991 “Divehi”. In: HOCKINGS, Paul (org.). *Encyclopedia of World Cultures—Volume III. South Asia*. Nova York, G. K. Hall & Company, pp. 75-79.

MARCUS, Anthony

- 2012 “Reconsidering *Talaq*: Marriage, Divorce and Sharia Reform in the Republic of Maldives”. In: RAGHAVAN, Chitra e LEVINE, James P. (orgs.). *Self-Determination and Women’s Rights in Muslim Countries*. Waltham, Brandeis University Press, pp. 95-123.

MARRANCI, Gabriele

- 2008 *The Anthropology of Islam*. Oxford / Nova York, Berg.

MASTERS, Tom

- 2015 *Maldives – Lonely Planet*. Londres, Lonely Planet Publications Pty Ltd.

MAUSOOM, Abdulla

- 2004 *The Interdependency and the Relationship Between the Government and the Private Sector and the Development of Enclave Micro Island Tourism in the Maldives*. Birmingham, Tese de Doutorado, University of Birmingham.

MELOTTI, Marxiano

- 2013 “Cultural Heritage and Tourism. Maldives and the Challenge of Future”. In: *Anais do Encontro do Ironbridge International Institute for Cultural Heritage, Tourism and the Shifting Values of Cultural Heritage*. Taipé, National Taiwan University, National Taipei University of Education, National Central University. Disponível em <https://www.academia.edu/7240788/Cultural_Heritage_and_Tourism._Maldives_and_the_Challenge_of_Future> Acesso em: 03/07/2018.

MIHDHA, A

- 2008 *The Political Economy of Development: the case of the tourism industry in the Maldives*. Londres, Dissertação de Mestrado, Department of Economics, Faculty of Law and Social Sciences, School of Oriental and African Studies.

MOHAMED, Naseema

- 2005 “Notes on Early History of the Maldives”. *Persée*, n. 70: 7-14.

MOHAMED, Mizna

- 2012 “Changing Reef Values: an Inquiry into the Use, Management of Governances of Reef Resources in Island Communities of the Maldives”. Christchurch, Tese de Doutorado, University of Canterbury.

MOHAMED, Mizna

2015 “Historical Changes in Human-Nature Interactions in Island
Communities of the Maldives”. *Rural South Asian Studies*, v. 1, n. 1: 22-36.

MOLINA, Sérgio

2003 *O pós-turismo*. São Paulo, Aleph.

MOOSA, Zakiyya

2016 Authenticity and Commodification of Cultural Events for
the Maldivian Tourism Industry. *International Journal of Asian
Business and Information Management*, v. 7, n. 2: 15-24.

MUNCH-PETERSEN, Nils Finn

1982 “Maldives: history, daily life, and art handicraft”.
Bulletin du C.E.M.O.I., v. 1: 74-103.

NASEEM, Azra

2012 *On Evildoers: a Foucaultian Analysis of the Discursive Structuring
of Contemporary Terrorism*. Dublin, Tese de Doutorado,
Faculty of Humanities and Social Science, School of
Law and Government, Dublin City University.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS.

2014 *Maldives – Population and Housing Census 2014*.
Male', National Bureau of Statistics.

NIAS

2014 “The Banning of a Book in the Maldives”. *NIAS Press –
Nourishing Knowledge*, 22/09/2014. Disponível em <[http://
www.niaspress.dk/blogs/karoline/blog/2014-september/
banning-book-maldives](http://www.niaspress.dk/blogs/karoline/blog/2014-september/banning-book-maldives)>. Acesso em: 22/08/2018.

ORŁOWSKA, Justyna

2015 *Living on the Sinking Island: Social Aspects of Climate Change on
Example of Maldives*. Varsóvia, Tese de Doutorado, Institute of
Philosophy and Sociology, Polish Academy of Sciences.

OSELLA, Filippo e SOARES, Benjamin (orgs.)

2010 *Islam, Politics, Anthropology*. Malden / Oxford, Willey-Blackwell.

PEIRANO, Mariza

1992 *Uma Antropologia no plural*. Brasília, Editora da UnB.

PIJPE, Jeroen, De VOOGT, Alex, VAN OVEN, Mannis, HANNEMAN, Peter, VAN DER GAAG, Kristiaan J., KAYSER, Manfred e De KNIJFF, Peter
2013 “Indian Ocean Crossroads: Human Genetic Origin and Population Structures in the Maldives”. *American Journal of Physical Anthropology*, v. 151: 58-67.

PISCITELLI, Adriana

2010 “Gringas Ricas’: Viagens sexuais de mulheres europeias no Nordeste do Brasil”. *Revista de Antropologia*, v. 53, n. 1: 79-115.

RAMACHANDRAN, Sudha

2016 “The Maldives: Losing a Tourist Paradise to Terrorism”. *Terrorism Monitor*, v. XIV, n. 2: 3-6.

RASHEED, Athaulla A.

2013 *Tourism, Economic Development and Governance in the Maldives: a Historical Institutional Evaluation*. Brisbane, Tese de Doutorado, School of Political Science & International Studies, The University of Queensland.

ROMERO-FRÍAS, Xavier

1999 *The Maldivian Islanders: a Study of the Popular Culture of an Ancient Ocean Kingdom*. Barcelona, Nova Ethnographia Indica.

ROMERO-FRÍAS, Xavier

2011 “The Riba in Fua Mulaku Island. Destruction of an Oceanic Shoreline Funerary Building”. Academia.edu. Disponível em <https://www.academia.edu/7859002/The_Riba_in_Fua_Mulaku_Island._Destruction_of_an_Oceanic_Shoreline_Funerary_Building>. Acesso em 15/10/2018.

ROMERO-FRÍAS, Xavier

2015a “The Maldives Were Such an Unknown Place Back Then: Nils Finn Munch-Petersen, a True Pioneer”. Academia.edu. Disponível em <https://www.academia.edu/12694851/The_Maldives_were_such_an_unknown_place_back_then_Nils_Finn_Munch-Petersen_a_true_pioneer>. Acesso em 15/10/2018.

ROMERO-FRÍAS, Xavier

2015b “A Passion to Preserve the “Divehi Civilization of the Maldives”; the Work of Bernard Koechlin”. Academi.edu. Disponível em <https://www.academia.edu/12304027/A_passion_to_preserve_the_Divehi_civilization_of_the_Maldives_the_work_of_Bernard_Koechlin>. Acesso em 15/10/2018.

ROMERO-FRÍAS, Xavier

2015c “Clarence Maloney, his Vision, his Work and the Ancient Underlying Cultural Influences in the Maldives”. Academia.edu. Disponível em <https://www.academia.edu/12410116/Clarence_Maloney_his_vision_his_work_and_the_ancient_underlying_cultural_influences_in_the_Maldives>. Acesso em 15/10/2018.

SALIH, Ahmed

2003 *Tourism Generates Employment. But For Whom? Maldivian Tourist Resort Labour Market*. Dunedin, Dissertação de Mestrado, University of Otago.

SHAKEELA, Aishath

2009 *Tourism Education and Local Employment as Factors Contributing to the Sustainable Development in Small Island Developing States (SIDS): the Case of the Maldives*. Brisbane, Tese de Doutorado, School of Tourism, University of Queensland.

SCHEYVENS, Regina

2011 “The Challenge of Sustainable Tourism Development in the Maldives: understanding the social and political development dimensions of sustainability”. *Asia Pacific Viewpoint*, v. 52, n. 2: 148-164.

SCOTT, James C.

1990 *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. New Haven, Yale University Press.

SCOTT, Joan W.

1992 “Experience”. In: BUTLER, Judith e SCOTT, Joan W. (orgs.). *Feminists Theorize the Political*. Nova York/Londres, Routledge, pp. 22-40.

SIMMEL, Georg

1996 [1909] “A Ponte e a Porta”. *Revista Política & Trabalho*, n. 12: 5-9.

SINAN, Hussain

2011 *Background Report of Fishery Products: the Maldives*. Male', Ministry of Fisheries and Agriculture.

SLEEPER, Bbuck

2011 *Last Resorts: a Tour Guide to Territorial Protection for the Republic of the Maldives*. Cambridge, Dissertação de Mestrado, Department of Architecture, Massachusetts Institute of Technology.

SONN, Tamara

2010 *Islam: a Brief History*. Malden / Oxford, Willey-Blackwell.

WOLF, Eric

2003 *Antropologia e Poder*. Brasília, EdUnB.

WORLD TRAVEL AND TOURISM COUNCIL

2018 *Travel and Tourism: Economic Impact 2018 – Maldives*. Londres, WTTC, 2018. Disponível em <<https://www.wttc.org/-/media/files/reports/economic-impact-research/countries-2018/maldives2018.pdf>>. Acesso em: 20/10/2018).

YAHYA, Faizal, PARAMESWARAM, Ashvin e SEBASTIAN, Rodney

2005 "Tourism and the South Asia Litoral: Voices from the Maldives". *South Asia: Journal of South Asian Studies*, v. XXVIII, n. 3: 457-480.

Recebido em 15 de janeiro de 2019. Aceito em 22 de julho de 2019.